

## **RESUMO**

A presente dissertação tem como principal objectivo aceder à discursividade simbólica do risco associado à energia nuclear. Num primeiro capítulo elaboramos uma proposta teórica do conceito de risco tecnológico, tentando delimitar alguns dos seus elementos mais importantes salientados por diversos autores. Na sequência deste capítulo, tomando como premissa que a imprensa desempenha um papel fundamental na circulação dos elementos simbólicos da energia nuclear procedemos a uma análise ao discurso e imagem da matéria jornalística publicada nos jornais *Público*, *Diário de Notícias* e *Expresso*, sobre a possível construção de uma central nuclear em Portugal. O propósito desta análise, a partir de três perspectivas – tematização na agenda de imprensa, aspectos simbólicos da narrativa e polissemia do risco – visa a consolidação da reflexão sobre a forma como se expressam as representações do risco nuclear, no nosso país.

**Palavras-chave:** discurso, energia nuclear, incerteza, mito, risco

## ABSTRACT

The main aim of the present dissertation is to accede to a symbolic discursivity of the risk, associated with nuclear energy. In a first chapter we elaborate a theoretical proposal of the concept of technological risk, trying to delimit some of its most important elements emphasised by various authors. In the sequence of this chapter, taking it as a premise that the press plays a fundamental part in the circulation of those symbolic elements of nuclear energy, we proceed to an analysis of speech and image of journalistic articles published in the newspapers *Público*, *Diário de Notícias* and *Expresso* on the probabilities and possibilities of building a nuclear station in our country. The purpose of this analysis, from three different angles - titles on the Press's Agenda, symbolic sides of the narrative and the polissemey of the risk - looks to consolidate the thoughts and reflection on the forms by which the representations of nuclear risk are expressed in Portugal.

Key words: discourse, nuclear energy, uncertainty, myth, risk

## **AGRADECIMENTOS**

Ao Prof. Doutor José Luís Garcia, orientador desta dissertação, pela constante disponibilidade e interesse dedicado ao progresso do trabalho, pelos conselhos, opiniões e correcções que, pedagogicamente, sugeriu.

Ao Miguel, por me acompanhar neste longo processo acreditando que chegaria ao fim e pelas longas noites de conversas estimulantes que permitiram burilar muitas ideias.

À Margarida Nunes pela amizade e disponibilidade com que reviu atenciosamente estas páginas.

Ao Mário Vieira e Vera Fonseca pela força e amizade constantes. À Rita Correia pela companhia no desenrolar do processo.

Aos autores, em cujas ideias me embrenhei, por me permitirem enriquecer intelectualmente.

## ÍNDICE

<b>1. INTRODUÇÃO</b>	7
1.1. Apresentação e contextualização do objecto de estudo	7
1.2. Motivação e objectivos da investigação	11
1.3. Metodologia	11
<b>2. RISCO TECNOLÓGICO</b>	18
2.1. Conceito de risco tecnológico como problema teórico	19
2.2. Conclusões	25
<b>3. OS DISCURSOS SOBRE A CONSTRUÇÃO DE UMA CENTRAL NUCLEAR EM PORTUGAL</b>	27
3.1. O tema na agenda mediática	29
3.1.1. A mediação na narrativa jornalística	30
3.1.2. As vozes sobre o nuclear: racionalidade económica e valores ambientais	32
3.2. Aspectos simbólicos da narrativa	35
3.2.1. Signos icónicos	39
3.3. A polissemia do risco na narrativa jornalística	45
3.4. Conclusões	50
<b>4. CONCLUSÕES FINAIS</b>	52
<b>5. BIBLIOGRAFIA</b>	54
<b>ANEXOS</b>	57
I. Categorias e variáveis de análise de discurso e imagem	58
II. Tabela de categoria de análise: Códigos Linguísticos	62
III. Tabela de categoria de análise: Polissemia do Risco	67
IV. Tabela de categoria de análise: Signos Icónicos	71
V. Tabela de textos jornalísticos em análise	73
VI. Jornais analisados	76

# 1. INTRODUÇÃO

## 1.1. Apresentação e contextualização do objecto de estudo

Os bombardeamentos nucleares das cidades de Hiroshima e Nagasaki em Agosto de 1945 pelos militares americanos marcaram aquilo o que alguns autores chamam de “the end of innocence” (Adam, Beck e Loon, 2000). Uma transição de debate epistemológico sobre a questão do nuclear foi originada com este e outros episódios, tais como Windscale, na Grã-Bretanha em 1957, Mayak (ex-União Soviética) em 1957, “Three Mile Island”, nos Estados Unidos, em 1979 e a explosão de Chernobil, em 1986. Desde então a energia nuclear tem sido olhada das mais diversas formas. Diferentes racionalidades – científica, política, económica, ambiental e moral –, com os seus diferentes propósitos, mobilizam-se contra ou a favor da produção contínua da tecnologia nuclear. Os seus discursos sobre o risco nuclear, na maioria das vezes em destaque por via dos *media*, são eminentemente carregados de ideologia, noções e definições. Para uns a energia nuclear é sinónimo de alta-tecnologia e representa um dos mais sublimes produtos da ciência e do progresso, para outros, comporta cenários fáusticos e incerteza.

A controvérsia sobre o nuclear é um assunto que tem prevalecido ao longo dos anos e continua a preencher as agendas políticas e mediáticas a nível internacional. Na Europa, a energia nuclear assegura mais de metade da produção nacional de electricidade em vários países (Azevedo e Rodrigues, 2006). Nos Estados Unidos da América, as centrais nucleares em operação foram reorganizadas e, na ausência de construção de novas centrais, foram rentabilizadas as antigas o que, segundo Christian Parenti<sup>1</sup>, caracteriza o verdadeiro projecto da Administração Bush em relação ao nuclear. Mesmo com vários acidentes nucleares registados na história e com diferentes questões de risco implícito, continua a ser uma energia que gera enormes expectativas. Nos últimos anos, a temática do nuclear voltou a ser relançada em todo o mundo. Azevedo e Rodrigues sintetizam bem as razões deste ressurgimento: “devido à alta dos preços do petróleo e do gás natural provocada pelo aumento da procura global de energia, à aproximação da data relativa ao cumprimento das

---

<sup>1</sup> Parenti, Christian, (2008), *What Nuclear Renaissance?*, disponível em URL: <http://mobile.thenation.com/docmobile.mhtml?i=20080512&s=parenti>

metas do Protocolo de Quioto (2012), e ao fim do tempo de vida útil da maioria dos reactores nos países mais desenvolvidos ao longo dos próximos anos” (2006: 33-34).

A construção de uma central nuclear em Portugal é, há cerca de três décadas, um assunto politicamente sensível. Portugal, como outros países da Europa, encontra-se num contexto de dependência energética (gás natural e petróleo) avolumando-se as preocupações sobre o futuro do sector. Mediante a problemática energética do país, em 2005 e 2006, a questão da energia nuclear voltou à agenda mediática, principalmente a partir do momento em que foi criado um consórcio pelo empresário Patrick Monteiro de Barros. Um grupo de investigadores conduzido por este empresário sugeriu ao XVII Governo (liderado pelo primeiro-ministro José Sócrates) a instalação de uma central nuclear em Portugal, em Junho de 2005<sup>2</sup>. O projecto aparecia justificado pelo aumento do preço do petróleo que, na altura, atingia valores considerados históricos. A proposta consistia na criação de uma central nuclear de última geração, financiada por fundos exclusivamente privados. Numa primeira instância, o projecto surgiu como legítimo por parte de Patrick Monteiro de Barros, através de casos estrangeiros bem sucedidos (França e Finlândia que reforçaram o abastecimento dos mercados nacionais) e da redução da dependência do exterior em termos energéticos, ao mesmo tempo que contribuiria para cumprir o Protocolo de Quioto, em relação à emissão de gases poluentes. O projecto envolveria também a reabilitação das minas da Urgeiriça (em Viseu) onde existem elevadas reservas de urânio.

O empresário Patrick Monteiro de Barros, no ano acima referido, contava com o apoio do ex-comissário europeu Cardoso e Cunha, que considerava a opção nuclear literalmente inevitável, e contou, desde o início, com a participação do ex-secretário de Estado da Ciência e Inovação, Pedro Sampaio Nunes, que defendeu a energia nuclear durante o Governo de Pedro Santana Lopes. Sampaio Nunes foi chefe de gabinete do ex-comissário europeu Cardoso e Cunha e, durante vários anos, esteve à frente das áreas de tecnologias e de energias convencionais da Direcção-Geral de Energia da Comissão Europeia.

O ministro da Economia e da Inovação, Manuel Pinho, na reunião do Conselho de Ministros que assinalou os cem dias da aprovação do programa do Governo declarou, segundo notícia da TSF, em 30 de Junho de 2005, que a questão da energia nuclear em Portugal deveria “ser pensada e discutida com profundidade”. Mas, a 5 de Julho de 2005, o primeiro-ministro, José Sócrates, recusou a hipótese de vir a ser construída uma central

---

<sup>2</sup> A contextualização apresentada foi realizada através da leitura das notícias publicadas pelos jornais *Público*, *Diário de Notícias* e *Expresso*, nos meses de Junho e Julho de 2005 e Maio e Junho de 2006, sobre a construção de uma central nuclear, em Portugal.

nuclear em Portugal, em entrevista ao canal de televisão SIC. José Sócrates defendeu, nesse momento, que a prioridade do Governo são as energias renováveis, apontando a segurança como um dos aspectos importantes na decisão.

No início de 2006, José Sócrates, na sequência das ambições de Patrick Monteiro de Barros, insistiu no Parlamento que a energia nuclear não estava na agenda do Governo. Contudo, em Maio de 2006 declarou que Portugal deveria debater este tema (*Diário de Notícias*, 10/05/2006). De acordo com o primeiro-ministro, haveria um novo contexto, referindo-se ao aumento do preço do petróleo, facto que justificava a sua mudança de opinião. Ainda em Maio de 2006, a Associação de Municípios do Douro Superior (AMDS) rejeitou a possibilidade de instalação da central nuclear de Patrick Monteiro de Barros nessa região.

Luís Mira Amaral (engenheiro electrónico do Instituto Superior Técnico e um influente ex-ministro do PSD), genericamente a favor da implantação de uma central nuclear no País, pediu um referendo nacional sobre a matéria. Sampaio Nunes, promotor do projecto de Patrick Monteiro de Barros, concordou com o antigo ministro, numa proposta sugerida durante um debate organizado pela TSF, em parceria com o jornal *Diário de Notícias*, durante o mês de Maio de 2006.

Pelo lado das associações ambientalistas, a Quercus, através de Hélder Spínola, e a associação Campo Aberto, mostraram-se sempre contra a instalação de uma central nuclear, alegando questões de resíduos radioactivos, custos de controlo de uma central nuclear, entre vários outros factores. Muitas personagens do ambientalismo português vieram à cena pública mostrar o seu discurso sobre a proposta de implementação da central nuclear.

Tendo como pano de fundo a anterior contextualização, este projecto tem como principal objectivo compreender os aspectos simbólicos vinculados pelos *media* sobre o risco associado à energia nuclear. Uma vez que é impossível abarcar a análise de todos os elementos representacionais relacionados com a energia nuclear, delimitámos o objecto de estudo a uma das instâncias que desempenham um papel relevante na sociedade e que participaram activamente na construção do plano simbólico da energia nuclear – os *media*. A escolha desta esfera deve-se, sobretudo, às suas características enquanto construtor e mediador com ressonância social, pois é em grande medida na arena mediática que diferentes matérias são discutidas, se trocam informações, se exerce pressão e onde protagonistas se influenciam mutuamente através de capacidades argumentativas. No entanto, não é objectivo desta tese explorar os contextos e paradigmas dos meios de

comunicação social e o enquadramento profissional dos jornalistas, assim como a multiplicidade de constrangimentos característicos da própria produção jornalística. Nesta perspectiva, não nos debruçaremos sobre o paradigma do “newsmaking” (para uma síntese ver Wolf, 2006), que se relaciona com as interações e organização da empresa jornalística, procedimentos de produção de informação e pela própria natureza do *medium*. Todavia, este projecto considera que a actividade jornalística não se limita ao tratamento de informações, pois também gere o acesso de actores sociais ao espaço público, interpreta, observa e desenvolve narrativas (Mesquita, 2003: 72-73). Segundo esta premissa os *media* influem decisivamente no conhecimento estabelecido como realidade ao nível da relevância do que é debatido publicamente, contribuindo para a formação de posições, opiniões e concepções.

A este respeito vale a pena recordar o trabalho desenvolvido por S.E. Bird e R.W. Dardenne, para quem os jornalistas, ao narrar um acontecimento, utilizam valores culturalmente reconhecidos retirando-os da cultura e repondo-os na cultura (1993 [1988]: 274). Nesse processo contribuem para uma matriz simbólica e mitológica – indicam o bem e o mal, enumeram especialistas, colocam actores sociais em posição de heróis, criam analogias com o passado. E o público tem tendência a reconhecer e a creditar actores e especialistas, a assumir informações mediáticas como linhas orientadoras do real – resultado da aquisição de um espaço privilegiado que lhes permite perspectivarem o mundo. No caso Foz Côa, analisado por José Luís Garcia (2001), estes elementos foram bem identificados.

Muito pertinente para a nossa investigação é a perspectiva de Roland Barthes que refere que “a nossa sociedade é o campo privilegiado das significações míticas” (2007 [1957]): 290), o que nos impele a observar como a releitura de textos e imagens da cultura contemporânea sobre a energia nuclear é um tipo particular de mensagens carregadas de significados, com especial atenção para a questão do risco.

Nas sociedades contemporâneas ocidentais, os efeitos da globalização e da validação das tecnologias, trouxeram para primeiro plano preocupações que se relacionam directamente com noções de contingência, incerteza, perigo e calamidade. As potencialidades da tecnologia e dos conhecimentos acumulados da ciência possibilitaram-nos acreditar no limiar de uma sociedade livre de inseguranças, ou pelo menos, com imensas capacidades de controlo. Este pressuposto é, todavia, cada vez mais posto em causa pela reflexão dos limites do empreendimento científico em consonância com contingências e ignorâncias mais prováveis de episódios ambientais, problemas ecológicos ou da possibilidade de uma



catástrofe nuclear. Neste sentido, entendemos ser pertinente compreender de que modo se constrói, no espaço da narrativa mediatizada, as noções de risco e incerteza relativamente ao nuclear e como as mesmas poderão estar sujeitas e/ou contribuir para uma construção simbólica e mítica da energia nuclear.

Para a consideração da energia nuclear no plano mítico, chamamos a atenção para o conceito historicizado do mito de Hans Blumemberg (1985 [1979]). Complexificando as relações entre mito e razão e defendendo a presença insuspeitável do mito, Blumemberg debruça-se sobre o cruzamento temporal de histórias que contribuíram para o trabalho de transformação do mito de toda a cultura ocidental. Na perspectiva de Blumemberg o mito será a soma dessa transformação – o paradigma de um processo de reocupação do mito na cultura ocidental.

Na sequência do que declarámos, o objectivo deste estudo consiste em identificar os aspectos simbólicos relevantes da narrativa jornalística que demonstrem a mitificação da energia nuclear, tendo em especial atenção a questão do risco. Nesse sentido, efectuaremos uma análise de textos jornalísticos que têm como tema a construção de uma central nuclear em Portugal.

## **1.2. Motivação e objectivos da investigação**

Ao procurarmos reflectir sobre as razões que nos conduziram à selecção do tema constatámos que, em primeira instância, sempre nos suscitou interesse a multiplicidade de discursos que se manifestam no espaço mediático. Os *media* enquanto palcos privilegiados onde diversos poderes esgrimem argumentos e estratégias em busca da aceitação social das suas propostas, objectivos e posicionamento, proporcionam uma fonte adequada de material para reflexão.

Da multiplicidade de temáticas abordadas pelos *media*, a questão da energia nuclear suscitou-nos interesse pela sua actualidade, por se tratar de um tema controverso e pela importância que manifesta nas áreas da economia, política e ambiente. Embora a energia nuclear esteja marcada por incidentes como Chernobil em 1986, “Three Mile Island”, nos Estados Unidos, em 1979, e Mayak (ex-União Soviética) em 1957, entre outros, o tema continua a surgir com frequência na agenda mediática de forma dicotómica – como sinónimo de alta-tecnologia representa um dos mais visíveis produtos da ciência e do

progresso, mas também um dos tipos de energia mais criticados, porque está ligada a cenários de risco e incertezas.

A questão energética portuguesa surge frequentemente na agenda mediática e a energia nuclear é tema de discussão entre várias instâncias da sociedade que argumentam sobre as suas vantagens, desvantagens e se é uma opção para Portugal ou não. Entre vozes favoráveis e desfavoráveis, muitos argumentos são esgrimidos, entre eles o risco relacionado com a tecnologia nuclear.

Nas sociedades contemporâneas ocidentais, o desenvolvimento de sucessivas tecnologias trouxeram para primeiro plano preocupações que se relacionam directamente com a noção de “risco”. As potencialidades da tecnologia têm, a par de opiniões mais optimistas sobre a capacidade tecnológica, suscitado reflexões sobre a contingência e indeterminação decorrentes da aplicabilidade das tecnologias, como os incidentes ambientais, problemas ecológicos ou catástrofes nucleares.

Tendo como motivação identificar os aspectos simbólicos relevantes da narrativa jornalística sobre a energia nuclear, com especial atenção à questão do risco, procedemos à investigação de um período em que a questão do nuclear foi tema na agenda mediática. Da mesma forma, tentámos encetar uma problematização do conceito de risco, sem a presunção de produzir resultados categóricos.

Esta dissertação centra, assim, a sua análise na tentativa de compreender como se constrói, no espaço da narrativa mediatizada, as noções de risco e incerteza relativamente ao nuclear e como as mesmas poderão contribuir para uma caracterização simbólica e mítica da energia nuclear.

São objectivos desta tese reflectir sobre o conceito de risco tecnológico nas sociedades contemporâneas, sistematizando algumas noções associadas à questão do risco, sem procurar um significado conclusivo, mas sim formular a sua problematização. Para o efeito, foi nosso objectivo identificar algumas das principais linhas de pensamento que se têm desenvolvido em torno do conceito a partir da literatura sociológica dedicada à problemática do risco.

É também objectivo da tese concretizar uma análise de discurso que permita reconhecer as vozes presentes no discurso sobre o nuclear, compreender os seus posicionamentos ideológicos e de que forma os seus argumentos explanam a problemática do risco nuclear.

Ainda da análise de discurso pretende-se entender os aspectos simbólicos da narrativa sobre a energia nuclear, com especial atenção para a forma como o risco é narrativizado e que linguagem simbólica a ele está associada.

Não sendo nossa preocupação, como já foi referido, debruçarmo-nos sobre os critérios e condicionantes da actividade jornalística e dos *media* pretendemos, porém, dar conta das razões que levaram o tema a surgir na agenda mediática, assim como realizar uma breve reflexão sobre a participação dos jornalistas enquanto mediadores do discurso.

Partindo dos aspectos delineados propomo-nos desde já colocar algumas questões susceptíveis de reflexão: Que entendimentos são possíveis de ter relativamente ao conceito de risco tecnológico? Quais as características das vozes intervenientes no debate sobre a energia nuclear em Portugal? Como é que as noções de risco, incerteza e ignorância se manifestam no campo mediático, em particular, na imprensa? De que características simbólicas é acompanhada a temática da energia nuclear? Embora se procure as respostas às questões mencionadas, o presente trabalho traduz-se num contributo para a investigação, pois está balizado pela análise apenas de um período restrito e de um acontecimento em particular.

### 1.3. Metodologia

Ao pretendermos compreender os aspectos simbólicos do risco nuclear e tendo como objecto de análise um conjunto de textos e imagens publicados nos jornais *Público*, *Diário de Notícias* e *Expresso* (de Junho a Julho de 2005 e de Maio a Junho de 2006), sobre a possível construção de uma central nuclear em Portugal, deparámo-nos com a necessidade de realizar uma análise de discurso e imagem.

O discurso constitui-se por um conjunto de frases logicamente ordenadas, de forma a comunicar um sentido, inserido na actividade de sujeitos em contextos determinados (Maingueneau, 1997: 33-34). Nesta acepção, a frase é considerada uma unidade do discurso e é susceptível de ser analisada na forma como se combina com outras frases para constituir um discurso que pode ter diferentes tipologias (podemos identificar o discurso político, literário, teatral, filosófico, cinematográfico ou jornalístico, entre outros). No presente trabalho, embora seja objectivo realizar a análise de um processo entendido através dos *media*, não é o discurso jornalístico em exclusivo que se pretende analisar, mas sim os discursos dos diferentes actores (vozes favoráveis e desfavoráveis à energia nuclear) presentes nos textos jornalísticos, incluindo a voz dos jornalistas.

De entre as diferentes abordagens metodológicas da análise de discurso, constitui a referência teórico-metodológica para este projecto a Análise Crítica de Discurso, que se insere no tipo de método associado ao estudo da linguagem e à semiótica. Esta tradição, fortemente desenvolvida por Norman Fairclough<sup>3</sup>, e frequentemente utilizada em estudos sobre os *media*, enfatiza como diferentes formas linguísticas específicas podem ter efeitos sobre a maneira como um acontecimento ou fenómeno é compreendido. Sobre este método analítico, os autores Chouliaraki e Fairclough (1999) enfatizam que a Análise Crítica do Discurso, “takes the view that any text can be understood in different ways – a text does not uniquely determine a meaning, though there is a limit to what a text can mean:

---

<sup>3</sup> Norman Fairclough é um dos precursores dos estudos do discurso que estabelecem diálogos entre as teorias da linguagem e as teorias críticas. Desde o início de 1980, tem vindo a explorar o papel da linguagem (da língua, da semiose e do discurso) na constituição de relações de poder e ideologia, e nos processos de mudança e transformação sociais. Através do desenvolvimento de uma Análise Crítica do Discurso, durante a década de 1990 (Fairclough 1995, 2001; Chouliaraki e Fairclough 1999), o seu trabalho entende a linguagem como elemento constitutivo de mudanças sociais contemporâneas como a globalização, o neo-liberalismo, a economia ou a construção de uma cidadania participativa, entre outras.

different understandings of the text result from different combinations of the properties of the text and the properties (social positioning, knowledges, values, etc.) of the interpreter. Part of CDA's analysis is analysis of understandings" (Chouliaraki e Fairclough, 1999: 67).

Fairclough, cuja linha de pensamento se interliga com a abordagem linguística de Bakhtin e com os conceitos de prática e de ordem discursiva de Foucault, discute não só a compreensão dos textos, mas a forma de analisá-los e interpretá-los, enquanto modo particular do uso da linguagem e de outras expressões simbólicas que reflectem, representam e constituem as relações sociais. Considera o discurso simultaneamente texto, interacção e prática de representação e de significação do mundo, constituindo e construindo esse mundo em significado (Fairclough, 1995a). Para trabalhar com o discurso, Fairclough sugere uma análise tridimensional (1995a: 2), explicando que qualquer exemplo de discurso pode ser considerado, simultaneamente, um texto (análise linguística), uma prática discursiva (análise da produção e interpretação textual) e um exemplo de prática social (análise das circunstâncias institucionais e organizacionais do evento comunicativo). A análise textual envolve a caracterização do vocabulário, a gramática utilizada e a organização das frases, a coesão, que respeita à ligação entre orações e frases e a estrutura textual, que cuida de todas as características organizacionais dos textos. A prática discursiva, por seu lado, está baseada na tradição interpretativa e tem mais em conta as características de interdiscursividade e intertextualidade na produção, distribuição e consumo do texto e os aspectos sociais e institucionais que envolvem a produção e consumo desses textos (Fairclough, 1995a).

Com o intuito de compreender o discurso do risco e a sua manifestação num campo privilegiado de significações simbólicas – a narrativa jornalística –, sobre a construção de uma central nuclear em Portugal, postulámos a necessidade de recorrer, enquanto referência, à análise textual, também denominada de “descrição” e à prática discursiva, denominada de “interpretação” (Fairclough, 1995a). Em complemento com esta perspectiva, procedendo à análise de discurso, foi efectuada uma recolha literária dos autores que teorizam as questões do risco tecnológico, do risco nuclear, da linguagem, do simbolismo e do mito, que nos permitiu realizar o enquadramento teórico e conceber uma primeira ideia do ponto de abordagem do tema em análise.

Posteriormente foram recolhidos e seleccionados na Hemeroteca Municipal de Lisboa, 36 textos jornalísticos dedicados à temática da construção de uma central nuclear em Portugal, publicados nos jornais *Público*, *Diário de Notícias* e *Expresso*, entre Junho e Julho de 2005

e Maio e Junho de 2006. De um universo de 36 textos jornalísticos, 11 textos foram posteriormente escolhidos para análise com base em três critérios: todos os textos devem estar directamente relacionados com a construção de uma central nuclear em Portugal; devem conter um mínimo de 5000 caracteres, para maior homogeneidade de análise; e, preferencialmente, ser acompanhados de imagem. Seguidamente, após uma primeira leitura dos escritos jornalísticos e observação das imagens a si associadas e com base na literatura consultada para o enquadramento teórico deste trabalho, entre outras leituras, foi surgindo o tipo de análise que nos parecia mais adequada aos objectivos da tese. A análise dos processos de representação num texto deve levar em consideração que escolhas são feitas – o que está incluído e o que está excluído, o que é tornado explícito ou deixado implícito, o que é colocado em destaque ou não, o que é ou não tematizado, que tipos de processos e categorias são empregados para representar os acontecimentos, e assim por diante (Fairclough, 1995b: 104). Nesse sentido, procedemos à conceptualização de um conjunto de três categorias temáticas para direccionar a nossa análise – códigos linguísticos, polissemia do risco e signos icónicos<sup>4</sup>. Cada uma das categorias é formulada a partir de concepções teóricas de diferentes autores e inclui um conjunto de variáveis que a compõem e que permitem realizar uma análise textual linguística. As categorias “códigos linguísticos” e “polissemia do risco” foram utilizadas para realizar a análise textual. Procedeu-se ao levantamento das significações linguísticas das vozes presentes na narrativa jornalística extraíndo, de cada texto, um conjunto de frases pertinentes (sequências discursivas), que caracterizassem a controvérsia, a dimensão simbólica e a tematização do risco na questão da energia nuclear. A categoria “signos icónicos” foi inteiramente dedicada à análise das imagens publicadas, no sentido de compreender de que forma estas contribuem para a construção dos aspectos simbólicos da energia nuclear. Para a concepção da categoria “signos icónicos” foram utilizadas outras referências teórico-metodológicas, para além da pesquisa de Fairclough. O nosso intuito ao analisar as imagens associadas aos textos foi, por um lado, completar a análise dos aspectos do discurso sobre o risco nuclear e, por outro, compreender o valor simbólico das imagens. Para tal, procurámos uma abordagem metodológica com carácter semiológico, uma vez que esta considera a imagem enquanto signo, tratando a sua análise de descobrir as suas relações quer com o “objecto” que representa, quer com outros sistemas de signos sociais que contribuem para a sua significação. Enquanto Saussure criou um lugar especial para a

---

<sup>4</sup> A descrição das categorias de análise e suas variáveis encontram-se em anexo, pp. 58

linguística dentro da semiologia, Barthes inverteu a relação, reconhecendo a semiologia como parte da linguística. Para o autor a semiologia contribui mais quando entendida como parte da linguística, englobando “as grandes unidades de significação” do discurso.

A nossa abordagem metodológica vai de encontro aos princípios da leitura semiológica, uma vez que se preocupa com a expressão da imagem (o que ela mostra) e o seu plano de conteúdo (o que ela significa), ou o seu carácter denotativo (enumeração e descrição dos objectos num determinado contexto e espaço) e o seu carácter conotativo (analisar as mensagens implícitas numa imagem e na forma como uma determinada ideia é ou não reforçada). Tal como na análise semiológica (Bauer e Gaskell, 2004: 326), para este projecto começámos por escolher as imagens a analisar e catalogá-las. Posteriormente, identificámos cada elemento da imagem segundo um conjunto de variáveis previamente concebidas, os seus elementos e níveis de significação implícita.

Por último, procurando manter-nos fieis aos pressupostos metodológicos acima referidos e ao nosso objectivo principal – caracterizar o discurso do risco e a sua manifestação num campo privilegiado de significações simbólicas presente na narrativa jornalística sobre a construção de uma central nuclear em Portugal –, produzimos um texto descritivo sobre a análise textual e imagética efectuada.

## **2. RISCO TECNOLÓGICO**

As características sociológicas e culturais das sociedades contemporâneas ocidentais, a emergência dos efeitos da globalização e as alterações decorrentes das inovações tecnológicas intensificaram a importância do conceito de “risco” tendo este ocupado um lugar central nos domínios da economia, da política e da sociedade. Segundo alguma literatura académica, o conceito de risco tornou-se fundamental para reflectir sobre as relações entre o desenvolvimento científico e tecnológico e os seus impactos nos diferentes contextos sociais, em particular, quando confrontados com situações de contingência. Nesta perspectiva, embora a capacidade de intervenção do Homem na natureza e no seu próprio meio social se tenha vindo a incrementar pela evolução do conhecimento científico e em virtude do crescimento da capacidade técnica, a sociedade enfrenta hoje um sistema de riscos extensivos carregado de incerteza e ignorância. Mesmo legitimando a ciência e recorrendo à peritagem e ao cálculo probabilístico como forma de definir o risco tecnológico ou de outras naturezas, as respostas a alguns problemas actuais são inerentemente marcadas pela improbabilidade, pois a sociedade confronta-se com um conjunto de riscos cujas consequências não são apenas técnicas.

O presente capítulo tem como objectivo expor algumas das principais reflexões teóricas desenvolvidas sobre o conceito salientando diferentes perspectivas e abordagens. De acordo com o que declaramos no capítulo introdutório, pretendemos sistematizar algumas noções associadas ao risco, sem contudo procurar um significado conclusivo. É nosso objectivo propor uma problematização do espaço teórico associado à noção do risco, também tecendo algumas considerações sobre problemas conexos como o de aceleração tecnológica e percepção do risco, confrontando perspectivas de diferentes autores que se têm debruçado sobre a matéria. No final do capítulo, procuraremos através da problematização efectuada, cruzar as principais características da noção de risco tecnológico, verificando de que modo este se manifesta na sociedade contemporânea.



## 2.1. Conceito de risco tecnológico como problema teórico

Ao reflectirmos sobre o conceito de risco no cenário contemporâneo parece-nos indissociável entendê-lo à luz das constantes inovações tecnológicas que têm fortemente contribuído para mudanças profundas na sociedade.

Hermínio Martins refere, em *Aceleração, progresso e experimentum humanum*, a “avalanche imparável de mudança tecnoeconómica” (2003: 20), para caracterizar o progresso entendido em termos tecnológicos. Na sua perspectiva, os seres humanos encontram-se condenados a viver na aceleração de um mundo que, aparentemente, tem soluções para todos os “limites de crescimento” porque crê no impulso tecnológico. É neste sentido, que o autor utiliza a expressão “escada rolante da razão técnica”<sup>5</sup>, para explicar o movimento de determinismo que ocorre na sociedade contemporânea.

Langdon Winner reflecte igualmente sobre a forma como a inovação tecnológica condiciona fortemente as mudanças sociais e alerta para a necessidade de uma atitude crítica sobre a questão. Em *The Whale and the Reactor* (1986), sugere o termo ‘determinismo tecnológico’ como a força motriz para a mudança na história moderna onde as pessoas abraçam a ideia de que as novas tecnologias, em geral, são a fonte de todas as mudanças na sociedade. Neste contexto, afirma que as vozes empresariais e políticas expressam através dos *media* “a noção de que um universo conduzido pela tecnologia é algo muito importante e que qualquer esperança de uma intervenção humana razoável passa ao lado da questão fulcral” (2003: 80). Prevalece na sociedade a ideia de que a tecnologia é algo que “segue o seu próprio curso e estabelece as condições essenciais da vida humana” (2003: 82). Na sua linha de pensamento, esta noção de autonomização tecnológica é, aliás, cada vez mais forte e os problemas que advêm do aumento das desigualdades sociais são consequência da mudança tecnológica em curso. Segundo o autor, tendo como referência o relatório *O Nosso Futuro Comum* (1987), realizado pela Comissão Mundial para o Ambiente e o Desenvolvimento, o étimo da desigualdade localiza-se “nas formas avançadas da mudança tecnológica” e destaca como exemplo o declínio das pescas mundiais enquanto desastre ambiental resultante do processo de globalização cujos “efeitos graves da decadência ecológica afecta directamente as condições de vida dos mais pobres do mundo” (2003: 86).

---

<sup>5</sup> MARTINS, Hermínio (1997-1998a), «Risco, incerteza e escatologia: reflexões sobre o *experimentum mundi* tecnológico em curso (I)», in *Episteme*, nº 1, Dezembro-Janeiro, pp. 104

Também José Luís Garcia reflecte sobre a tendência técnica como característica da contemporaneidade. Salienta que actualmente todas as estruturas sociais estão permeabilizadas pela penetração da ciência e tecnologia em oposição à visão de incerteza e indeterminação sobre o destino humano. Segundo o autor, o paradoxo existente na actualidade manifesta-se a partir do momento em que “deixou de ser descabido interrogar se uma determinada tecnologia contribui para aumentar ou diminuir a crise ambiental, as condições de justiça na sociedade ou mesmo para alterar de forma extrema a natureza da condição humana tal como a temos conhecido, o lastro do nosso olhar teima fixar-se na sua mera utilidade e contribuição económica” (Garcia, 2002: 80).

É um facto que a importância da tecnologia e a sua acuidade nas sociedades ocidentais é uma questão actual. Marcadas pelo lastro da ideologia do progresso em relação ao futuro, as sociedades ocidentais confrontam-se agora com o risco tecnológico. Se tomarmos como exemplo a energia nuclear, são vários os acidentes que decorreram de sistemas tecnológicos, como a explosão de Chernobil em 1986, “Three Mile Island”, nos Estados Unidos, em 1979, Mayak (ex-União Soviética) em 1957 ou Windscale, na Grã-Bretanha, em 1957. E muito embora se concretizem avaliações do risco através de cálculos probabilísticos, na maioria das vezes, encomendados aos peritos e legitimados pelas instituições políticas e económicas, muitos riscos decorrentes da tecnologia (como os que referimos anteriormente) não são passíveis de probabilização. Vários autores consideram que o conceito de risco, quando associado à análise probabilística, tende a estar enquadrado num modelo de análise que é questionável, pois há áreas do comportamento humano ou de sistemas tecnológicos onde o avanço da ciência não é probabilístico, uma vez que se tratam de questões abertas (Jerónimo, 2006; Martins, 1998; Wynne, 1992).

A aceleração tecnológica não será, assim, sinónimo de maior segurança e certeza em relação aos riscos decorrentes de fenómenos ambientais ou tecnológicos e a abordagem probabilística não resolverá todos os problemas numa sociedade onde existem fenómenos de incerteza tecnológica, químicas e ambientais. É, aliás, notória uma clara contradição entre a análise do risco que sugere certezas, controlo, redução e minimização de danos e os riscos contemporâneos para os quais as limitações de conhecimento são ainda de grande dimensão.

Ulrick Beck (1992 [1986]), autor bastante citado no que concerne às questões do risco, argumenta que a sociedade industrial, caracterizada pela produção e distribuição de bens, foi deslocada para a sociedade de risco fortemente associada ao desenvolvimento da globalização. Em *Risk Society* (Beck, 1992 [1986]), o processo de industrialização é

indissociável do processo de produção de riscos, uma vez que uma das principais consequências do desenvolvimento científico industrial é a exposição dos indivíduos a riscos nunca observados anteriormente, constituindo-se em ameaças para as pessoas e para o meio ambiente, sem limites temporais ou territoriais. Como expõe Beck: “simultaneously, risks produce new international inequalities, firstly between the Third World and the industrial states, secondly among the industrial states themselves. They undermine the order of national jurisdictions. In view of the universality and supra-nationality of the circulation of pollutants, the life of a blade of grass in the Bavarian Forest ultimately comes to depend on the making and keeping of international agreements. Risk society in this sense is a world risk society” (1992 [1986]: 23).

Nesta linha de pensamento, Beck cunha a expressão “modernidade reflexiva”<sup>6</sup> sobre a vida na sociedade contemporânea. Na fase reflexiva da modernidade, as ciências são confrontadas com os seus próprios produtos, defeitos e problemas (Beck, 1992 [1986]). Devido à completa cientifização da modernidade, a ciência é desmistificada, porque as relações do trabalho científico mudam interna e externamente. Torna-se mais necessária, mas ao mesmo tempo, menos suficiente. A este propósito Beck afirma: “Science is *one of the causes, the medium of definition and the source of solutions* to risks, and by virtue of that very fact it opens new markets of scientization for itself. In the reciprocal interplay between risks it has helped to cause and define (...), techno-scientific development becomes *contradictory*” (1992 [1986]: 155).

Martinez-Alier apresenta críticas pertinentes ao conceito de sociedade de risco de Beck. Segundo o autor esta teoria não é universal, ela existe apenas no período da modernidade tardia, designada por Beck como modernidade reflexiva. Beck salienta os novos riscos produzidos pelos seres humanos e não as catástrofes ambientais, enfatiza que o conflito de distribuição de recursos económicos se transformou em distribuição de riscos, mas não salienta a má distribuição dos males. Segundo Martinez-Alier, Beck partilha de uma ideologia «pós-materialista» de que as pessoas pobres estão demasiado estrangidas pelas necessidades de sobrevivência para se preocuparem com assuntos ambientais (Martinez-Alier, 2006: 413), embora quando as necessidades básicas estão satisfeitas estes possam começar a desenvolver valores pós-materialistas. Para o autor existe, na obra de Beck, uma

---

<sup>6</sup> Na perspectiva de Beck, a modernidade é coexistente com a sociedade industrial e a modernidade reflexiva com a sociedade de risco. Esta última, na terminologia de Beck (1992 [1986]) é caracterizada por uma reflexividade da vida social moderna, onde o indivíduo se torna um ser reflexivo que, confrontado com as suas próprias acções, começa a reflectir e a estabelecer críticas racionais sobre si, sobre o passado, o presente e as probabilidades de riscos futuros.

falta de clareza entre os conceitos de risco, incerteza e ignorância. Martinez-Alier afirma que o risco implica uma distribuição conhecida da probabilidade enquanto a incerteza existe quando não se sabe a probabilidade de ocorrência do risco. Na teoria de Beck, a distinção entre risco e incerteza não é analisada, mas o seu conceito é de incerteza (Martinez-Alier, 2006: 414).

Os argumentos de Martinez-Alier estão na linha de pensamento de outros autores que recuperam a distinção entre os conceitos de risco e incerteza, salientando as noções de «indeterminação» e «ignorância» – perspectiva que se distancia, por exemplo, da corrente teórica de Douglas e Wildavsky (1982) dedicada ao domínio da percepção e construção social do risco, privilegiando o conceito de risco em detrimento de incerteza.

Wynne (1992) distingue risco de incerteza, ignorância e indeterminação. O autor parte da ideia de que a indeterminação é incerteza a larga escala e sublinha a construção do conhecimento científico na definição de problemas influenciados pelo mundo social. Como refere o autor: “as the centre of gravity for analysis and decision moves further upstream and more distant from environmental effects, greater levels of uncertainty are obviously exposed in the investigation of possible causal links between decisions and environmental consequences. Less obvious, however, is that new types of uncertainty are exposed (...). The key point is that in trying to draw causal connections between an upstream decision option and downstream consequences of that option, the intervening uncertainties are better characterized as *indeterminacies*.” (Wynne, 1992: 117). Já a ignorância difere de incerteza, porque a primeira relaciona-se com o não reconhecimento de um problema. Helena Jerónimo, recuperando a linha teórica de Wynne, realça que “quando a incerteza está presente, mas não é reconhecida, é classificada como *ignorância*. Esta circunstância diz respeito a uma série de incertezas que permanecem invisíveis, especialmente sobre as condições de aplicabilidade e validade do conhecimento existente a novas situações” (2006: 1152).

Risco e incerteza sugerem, assim, diferentes perspectivas em relação à análise de fenómenos. Quando é a gerência e problematização do risco que está em causa, os actores sociais com interesses conflituantes expressam e desenvolvem, através de práticas de comunicação, uma compreensão e controlo do risco. Falamos de instituições políticas, da comunidade científica, agentes económicos, comunicação social e associações cívicas, entre outras, que procuram aconselhamento científico para legitimar os seus propósitos e decisões. Procuram a “figura do perito” (Jerónimo, 2006), que encerra em si o papel de avaliador de impactos e previsões futuras.

Quando o risco envolve incerteza, ignorância e irreversibilidade, como sustenta ainda Helena Jerónimo (2006), as respostas dos peritos não serão suficientes. A peritagem conta, na maioria das vezes, com metodologias de análise quantitativas que pretendem averiguar a probabilidade estatística do risco. Mas, estes métodos dificilmente são aplicáveis a problemas que carregam incerteza como, por exemplo, as consequências ambientais do armazenamento de resíduos nucleares. Nesta interpretação, a análise do perito concebida em moldes probabilísticos, é discutível (2006), uma vez que simplifica a complexidade de fenómenos que carecem de contextualizações mais amplas, ao nível social, político e económico. No entanto, o facto do cálculo probabilístico ter estas e outras limitações (como a incapacidade de prever todas as interações de um risco), não invalida que a sua comunicabilidade ao público veicule uma imagem de objectividade e certeza sobre as próprias incertezas. Segundo a autora: “uma concepção baseada no risco pode conduzir a um processo de mitigação, negociação e aceitação dos riscos, enquanto uma abordagem que enfatize a incerteza (no sentido de ignorância e indeterminação) pode promover uma orientação de prudência, bem como a recusa de certas decisões e acções tecnoeconómicas” (Jerónimo, 2006: 1156).

Regressemos às concepções de Wynne, desta vez para considerar a sua posição quanto à avaliação do risco. O autor inglês mostra como as formas de analisar o risco foram originalmente desenvolvidas para problemas estruturados ao nível mecânico, tais como plantas nucleares e químicas. Nesses sistemas os parâmetros são definidos e controlados, mas não tendem a compreender como é que o risco se constroi. No seu entender, esta forma de analisar o risco permite apenas um processo determinista (Wynne, 1992).

Importa também recuperar a reflexão de Hermínio Martins sobre este tópico o qual enfatiza que as análises probabilísticas carecem de uma vertente qualitativa das condições sócio-técnicas propícias a acidentes de complexos tecnológicos (Martins, 1998). Martins avança com a ideia do “princípio precaucionário” que tem encontrado uma aceitação muito ampla, não só pela opinião pública, mas também por governos e em acordos intergovernamentais como o Tratado de Maastricht da União Europeia (Martins, 1998: 64). O princípio precaucionário tem em conta a nossa ignorância em relação aos impactos latentes ou retardados e “dirige-se especialmente a situações de incerteza, pelo menos de incerteza epistémica, sobre o alcance e irreversibilidade dos impactos tecnoeconómicos” (Martins, 1998: 64). No entanto, Martins explica que “quando já sabemos que os efeitos ambientais nocivos se realizam, ou que esses efeitos serão persistentes, bioacumulativos ou

praticamente irreversíveis, não precisamos do princípio precaucionário para proibir ou limitar as actividades que manifestamente engendram esses efeitos” (Martins, 1998: 64).

É no contexto assinalado que se situam os actores interessados e a opinião pública, e onde os *media* jogam um papel ao nível dos problemas de percepção. Segundo Mary Douglas<sup>7</sup> (1985), tendo em conta que a mediação de informação entre as instituições e a opinião pública operacionaliza-se, na grande maioria das vezes, através dos *media*, a responsabilidade veiculada depende, entre outros factores, de como as instituições trabalham os *media* e como estes últimos salientam ou não desastres de larga escala, incidentes domésticos e perigos eminentes. A preocupação pública estará entre as informações mediáticas sobre riscos tecnológicos e naturais e a resposta oficial. Os vários actores sociais têm assim um papel de consultadoria e negociação na percepção do risco, cabendo aos indivíduos responder aos mesmos de acordo com uma base cultural construída socialmente. Se um indivíduo for questionado sobre os riscos que corre irá formular a sua resposta com base numa norma culturalmente estabelecida. Neste sentido, quanto mais isolado está um indivíduo, menos importância têm as suas decisões para o escrutínio público e mais ele estabelece as suas próprias normas de sociabilidade sobre o risco. Mas sempre que há uma comunidade, as normas de aceitabilidade são debatidas e socialmente estabelecidas. Não só a comunidade escolhe os seus actores modelo, como detém uma escala de valores que diferenciam as consequências mais graves das triviais. Como sublinha Mary Douglas, “since this life takes place in a given environment, with given physical resources and techniques of exploitation and political pressures, the culture of a time and place speaks for the current solutions to political and environmental issues. In a strong sense, it represents the multiple cost-benefit analyses which balance all individuals’ interests as agents dependent on the decisions of others” (1985: 68).

A questão da percepção do risco tem, porém, outros parâmetros complexos. Exemplos paradigmáticos como o desastre industrial de Bhopal, em 1984 (Índia), onde toneladas de gases tóxicos vazaram na fábrica de pesticidas da empresa norte-americana Union Carbide, permitem leituras distintas sobre a percepção do risco. Ao serem alvo do próprio risco, os trabalhadores afectados em Bhopal adquiriram uma voz expressiva que contribuiu, por um lado, para um entendimento diferente sobre os moldes de gerência e percepção do risco, e

---

<sup>7</sup> Mary Douglas contribuiu de forma relevante no domínio da percepção do risco. Segundo a autora, as escolhas assumidas pelos cidadãos são indissociáveis da estrutura social, pelo que a percepção do risco é o resultado de um processo social que surge através da ligação entre medo e confiança. Em *Risk and Culture*, Douglas & Wildavsky (1982) propõem a ideia de que os riscos são socialmente seleccionados. Douglas insiste também que o risco é um conceito construído social, cultural e politicamente e que não deve ser reduzido a uma dimensão técnica.

por outro, para suscitar um olhar crítico sobre o desenvolvimento tecnológico. Ravi Rajan salienta que o exemplo de Bhopal é icónico porque: “the sheer scale of the catastrophe forced sentiments (...) expressed by people like a slum dweller in a small city in the centre of India, to be taken seriously. The disaster raised three distinct questions about the project of ‘big development’, which had been hitherto unquestioned for five decades. It drew attention to the asymmetric inequities built into the very structure of the project. Next, it questioned the promises of the hubris underlying the idea of development. Last, but by no means the least, it raised doubts about the compatibility of ‘big development’ with true democracy” (2002: 376).

## 2.2. Conclusões

Neste capítulo tentámos evidenciar de forma necessariamente sumária algumas características relevantes associadas ao conceito de risco tecnológico.

Como primeiro enfoque, destacámos a relação entre a noção de aceleração potencial da civilização tecnológica e o cenário do risco tecnológico. Confrontámos entendimentos distintos sobre o significado de risco, incerteza, ignorância e indeterminação recorrentes numa sociedade fortemente condicionada pelo aceleracionismo tecnológico.

Seguidamente, evidenciámos posições teóricas que reflectem de que forma o risco constrange a sociedade contemporânea. As posições teóricas apresentadas podem ser entendidas em perspectivas distintas. Por um lado, o conceito de risco baseado numa noção probabilística, por outro, a noção de risco associada à incerteza, indeterminação e ignorância. Nesta sequência evidenciamos as perspectivas teóricas sobre a avaliação do risco, determinando as diferenças entre risco probabilístico e risco como incerteza. Neste contexto foram problematizados os papéis dos vários actores sociais e da peritagem na avaliação e gerência do risco que se confrontam com incidentes cujas incertezas impossibilitam as abordagens probabilísticas normalmente utilizadas.

Apresentámos também uma breve reflexão sobre a percepção mediatizada do risco salientando a negociação e explanação do mesmo efectuada pelos actores sociais e pelos *media*. Por último, abrimos a possibilidade de reflexão sobre o papel do indivíduo/público quando confrontado com o risco tecnológico.

A problematização permite observar que a sociedade contemporânea fortemente sustentada pela aceleração tecnológica confronta-se com riscos tecnológicos que a própria ciência e tecnologia não conseguem prever e controlar. A ideia de que a tecnologia se dedica a

resolver os problemas de si própria num movimento circular parece ser uma circunstância contemporânea. Contudo, mesmo que a tecnologia provoque a necessidade de criar novas tecnologias para encontrar soluções, parece que estamos sempre numa espiral crescente de incertezas. Neste sentido, e como foi exposto na problematização teórica sobre o risco tecnológico é importante diferenciar a linguagem do risco da linguagem da incerteza, uma vez que cada uma delas comporta diferentes dinâmicas. Se entendermos o risco do ponto de vista económico, podemos sugerir que a sociedade contemporânea racionaliza os incidentes tecnológicos, através de avaliações probabilísticas, em oposição a uma visão dos riscos com incerteza que não podem ser avaliados probabilisticamente.



### **3. OS DISCURSOS SOBRE A CONSTRUÇÃO DE UMA CENTRAL NUCLEAR EM PORTUGAL**

O objectivo deste capítulo é proceder uma análise de textos jornalísticos que têm como tema a construção de uma central nuclear em Portugal. De um universo de 36 artigos publicados nos jornais *Público*, *Diário de Notícias* e *Expresso* (de Junho a Julho de 2005 e de Maio a Junho de 2006), foram seleccionados para análise 11 textos com base em três critérios: todos os textos devem estar directamente relacionados com a construção de uma central nuclear em Portugal; devem conter um mínimo de 5000 caracteres, para maior homogeneidade de análise; e, na sua maioria, ser acompanhados de imagem.

Através de três categorias qualitativas – códigos linguísticos, polissemia do risco, signos icónicos –, procedeu-se à recolha de excertos dos textos publicados. Estas categorias foram criadas a partir de uma reflexão teórica sobre o risco tecnológico e da dimensão simbólica e mitológica do discurso e da imagem. Posteriormente, realizou-se o levantamento das expressões linguísticas das vozes presentes na narrativa jornalística. De cada texto extraiu-se um conjunto de frases pertinentes (sequências discursivas), que caracterizam a controvérsia, o domínio simbólico e a tematização do risco associado ao nuclear. Foi ainda efectuada a análise das imagens publicadas juntamente com os textos jornalísticos, no sentido de compreender de que forma os signos icónicos contribuem para a construção dos aspectos simbólicos da energia nuclear.

Para simplificação da leitura vamos, ao longo do texto de análise, utilizar as expressões “vozes favoráveis” para os intervenientes no discurso jornalístico que defendem a opção do nuclear para Portugal, e “vozes desfavoráveis” para aqueles que são cépticos e que acreditam que a construção de uma central nuclear não é solução para os problemas energéticos do país.

Na primeira parte deste capítulo pretende-se expor as razões que levaram o tema a surgir na agenda mediática. Seguidamente, analisamos a participação dos jornalistas enquanto mediadores do discurso. Identificamos também as vozes activas no debate sobre a energia nuclear e de que forma os seus argumentos enfatizam a racionalidade económica em oposição aos valores ambientais.

Pretendemos na segunda parte deste capítulo entender os aspectos simbólicos da narrativa para o qual tivemos em conta a ocorrência de linguagem metafórica, a esteticização da mensagem, clareza de discurso, argumentação, significações implícitas e a orientação favorável ou desfavorável do artigo. Num primeiro momento, é identificado o processo de

construção da “estória” do nuclear através da enumeração de significações implícitas nos títulos e *leads* dos textos. Seguidamente reflecte-se sobre a mitificação da tecnologia, através das posições das vozes favoráveis e desfavoráveis à energia nuclear. É também identificada a linguagem utilizada pelos jornalistas que recorre ao imaginário simbólico colectivo e à exaltação da identidade nacional para manutenção do tema na agenda mediática.

Associados aos aspectos simbólicos da narrativa, apresentamos a análise dos signos icónicos presentes no *corpus*. Pela identificação do género da imagem, ordem icónica, tempo subjectivo e tempo simbólico, analisamos o retrato imagético das vozes intervenientes e a construção de significações simbólicas da energia nuclear através da fotografia e da composição gráfica.

Na terceira parte do capítulo, argumenta-se que a questão do risco na imprensa em análise é polissémica e verificam-se as suas diferentes tematizações. Com base em variáveis de análise estima-se de que forma a temática do risco surge enquanto argumento das vozes intervenientes na narrativa jornalística.

Finalmente apresentaremos as conclusões onde traçamos, mediante os dados apurados, as principais características do discurso do risco e a sua manifestação num campo privilegiado de significações simbólicas, em particular, no domínio da energia nuclear.

### 3.1. O tema na agenda mediática

A temática da construção de uma central nuclear em Portugal foi colocada na agenda mediática<sup>8</sup> a partir do momento em que se apresentou ao Governo um projecto nesse âmbito. A permanência do tema na agenda decorreu de um conjunto de valores-notícia<sup>9</sup> que se relacionam principalmente com a conjectura política e económica em que o país se encontra, com a dependência energética, uma vez que Portugal importa petróleo e gás natural de outros países, pela crise energética internacional, pela energia nuclear conter em si grande controvérsia, devido a preocupações ambientais e de risco contemporâneas e visibilidade das vozes e entidades envolvidas.

A narrativa jornalística sobre a possível construção de uma central nuclear em Portugal foi organizada, na agenda da imprensa em análise, a partir de dois quadros de vozes que se confrontam. Por um lado, temos as vozes favoráveis ao nuclear. Ganharam visibilidade na narrativa jornalística o consórcio Patrick Monteiro de Barros, na sua pessoa e na de Sampaio Nunes (coordenador do projecto nuclear de Portugal, Enupor) e Luís Mira Amaral (ex-ministro da Indústria e Energia do XII Governo Constitucional), embora tenham surgido também pontualmente as opiniões de Duarte Lima e João Reis Simões.

As vozes desfavoráveis à energia nuclear com maior destaque foram Aníbal Fernandes, presidente do consórcio Eólicas de Portugal, liderado pela EDP, e membro da Associação Portuguesa de Energias Renováveis (APREN) e Susana Fonseca, vice-presidente da associação ambientalista Quercus. Outras vozes se demarcaram desfavoráveis como Nuno Ribeiro da Silva, ex-secretário de Estado da Energia, António Sá da Costa, presidente da Associação Portuguesa das Empresas de Energias Renováveis (APREN), José Penedos, presidente da Rede Eléctrica Nacional (REN) e da Associação Portuguesa de Energia (APE). Contam-se também Francisco Louçã, deputado do Bloco de Esquerda, algumas figuras do partido ambientalista Os Verdes, Moraes Machado, presidente da Câmara de Mogadouro, e Pedro Pestana Bastos, membro da direcção do CDS-PP durante o período em análise. Está ainda presente a voz do Governo, na pessoa do ministro da Economia,

---

<sup>8</sup> Enquanto mediadores de informação entre as esferas sociais e o espaço público, os *media* tendem a estabelecer o “agenda-setting” (Wolf, (2006 [1987]), ou seja, um núcleo seleccionado de temas sobre os quais se deve discutir e que influi na experiência e movimentos de opinião do público.

<sup>9</sup> Na selecção dos acontecimentos a transformar em notícias, os *media* utilizam critérios de referência que estabelecem o grau de noticiabilidade, relevância e interesse de um evento. Entre outros aspectos, a atribuição de valores/notícia depende das características substantivas do acontecimento, critérios de produção informativa, critérios relativos ao público, ao meio de comunicação e à sua concorrência (Wolf, (2006 [1987])).

Manuel Pinho, no entanto, esta só adquire posição desfavorável quando decide inviabilizar o projecto.

### **3.1.1. A mediação na narrativa jornalística**

Na perspectiva da mediação, os jornalistas encontram-se no espaço de conexão e ligação entre personagens públicas, grupos de interesse e forças sociais. Enquanto mediadores desempenham um papel entre as entidades e as personalidades em presença na cena mediática. São o “terceiro elemento” de uma tríade, aquele que concentra a característica da mediação e logo tem capacidade de estar em relação com o todo (Garcia, 2001: 119). Deste modo, podemos considerar que os jornalistas, desempenhando o seu papel mediador, utilizaram de forma continuada as vozes das fontes intervenientes organizando um diferendo entre perspectivas antagónicas: as vozes favoráveis e as vozes desfavoráveis do nuclear.

Ao longo de dois anos o tema foi desenvolvido, na sua maioria, no caderno de Economia dos jornais em análise, os quais privilegiaram a temática da possível negociação entre o consórcio Patrick Monteiro de Barros e o Governo. O tratamento deste tópico colocou-o no âmbito económico e político. A sua noticiabilidade, entre os meses de Junho e Julho de 2005 ascendeu na agenda mediática até à decisão do Governo, tendo desaparecido das páginas dos jornais até Maio e Junho de 2006, quando foi novamente motivo de atenção.

A construção ou não de uma central nuclear em Portugal proporcionou a produção de conteúdo jornalístico caracterizado pela necessidade de dar substância a uma temática “abandonada pelas agendas políticas nacionais durante mais de duas décadas” (*Diário de Notícias*, 22/5/2006). Palavras como “cautela” e “polémica” induzem expectativa sobre um debate reacendido<sup>10</sup>, ao mesmo tempo que relocalizam o tema em termos de memória nacional e internacional.

Até à decisão do Governo sobre a construção da central (em Julho de 2005), que se revelou contra, o conteúdo jornalístico na imprensa tende a posicionar-se como mediador de um conflito/“estória” em eminente expansão. Nos títulos diferentes perspectivas temáticas sobre a energia nuclear são abordadas. Tanto se evidencia a questão da central nuclear – “Projecto nuclear reacende debate” (*Diário de Notícias*, 01/07/2005) –, como a questão económica – “Central representa custos altos para o país” (*Diário de Notícias*, 22/5/2006)

---

<sup>10</sup> “Projecto nuclear reacende debate”, (*Diário de Notícias*, 01/07/2005)

–, o seu impacto ambiental – “Resíduos duram mais do que qualquer civilização” (*Diário de Notícias*, 22/5/2006) –, a vertente política baseada na perspectiva do Governo ou opinião partidária – “Louçã acusa Monteiro de Barros de usar nuclear para conseguir refinaria” (*Público*, 17/05/2006) –, e também uma perspectiva social – “Mougadouro rejeita central nuclear” (*Público*, 17/05/2006). São ainda ocasionais os títulos dedicados a uma visão mundial e europeia do nuclear – “Europa hesitante sobre futuro dos seus reactores” (*Diário de Notícias*, 04/07/2005).

Estas diferentes abordagens sobre o nuclear são organizadas na imprensa através dos discursos das vozes favoráveis e desfavoráveis estabelecendo as linhas orientadoras da discussão pública. Denota-se que ao utilizarem continuamente citações das vozes intervenientes, os jornalistas não só estabelecem a discussão pública do tema enquanto uma cisão de valores, como também tentam distanciar-se do conflito colocando-se na posição (do terceiro elemento) de narradores desvinculados. É notória a presença incessante das vozes de Patrick Monteiro de Barros, da associação Quercus e especialistas (Mira Amaral, Sampaio Nunes, Aníbal Fernandes e Susana Fonseca), e o destaque das suas vozes em títulos e entradas de página, de que são exemplo as palavras de Mira Amaral: “Preocupo-me com os resíduos. Mas não estou disposto a continuar a aturar os produtores de petróleo”, (*Diário de Notícias*, 22/5/2006).

Outras fontes, como o Governo, surgem num lugar ambíguo que cabe à entidade comprometida a solucionar o conflito de valores existentes. Os jornalistas demonstram essa ambiguidade através da actuação do Ministro da Economia, Manuel Pinho, que é evidenciada como contraditória:

“Manuel Pinho, interrogado sobre a proposta do empresário Patrick Monteiro de Barros de construir uma central nuclear em Portugal, considerou o nuclear um tema “muito actual, devido à alta do preço do petróleo”, e que “deve ser olhado com a máxima atenção e seriedade”. Horas depois, corrigiu o tiro: “A grande prioridade do Governo são as energias alternativas e a eficiência energética, que têm um peso muito grande no programa de investimentos em infra-estruturas hoje apresentado”, contrapôs à Lusa o titular da pasta da Economia” (*Público*, 01/07/2005)

É também frequente encontrar frases chave que estabelecem uma visão dicotómica sobre a questão do nuclear: “As razões do regresso do nuclear à actualidade noticiosa não geram

contestação” (*Diário de Notícias*, 22/5/2006); “Nuclear não resolve dependência petrolífera” (*Diário de Notícias*, 4/07/2005); “Ministro da economia inviabiliza projecto de central nuclear” (*Público*, 1/07/2005); “Apesar das promessas, a central não resolverá os problemas energéticos do país, porque só cobrirá 30% do consumo nacional” (*Expresso*, 02/07/2005); “A central de 1.600 MW seria capaz de abastecer 30% do consumo nacional e estaria pronta em sete anos. Exportar para Espanha é o primeiro objectivo” (*Expresso*, 02/07/2005).

### **3.1.2. As vozes sobre o nuclear: racionalidade económica e valores ambientais**

Sobre a energia nuclear, na imprensa, são principalmente as vozes favoráveis que se mobilizam em função de uma perspectiva económica. Este grupo luta pela legitimidade das suas “certezas” económicas correlacionadas pelo apelo à ciência e ao progresso tecnológico. No jornal *Diário de Notícias* publica-se as palavras do empresário Patrick Monteiro de Barros: “a rentabilidade está garantida pela sua competitividade” (*Diário de Notícias*, 01/07/2005); e no jornal *Expresso* o discurso do empresário é reforçado: “desabrido, tentou romper com preconceitos, dizendo que até hoje não houve um único acidente nuclear com mortes no Ocidente (Chernobil não é Ocidente)” (*Expresso*, 02/07/2005).

Estes protagonistas, defendem o nuclear como a “solução inevitável” para a economia do país, enquanto salvadora de uma situação económica frágil. O trabalho de Sampaio Nunes é, aliás, descrito como uma espécie de “evangelizador do nuclear” (*Público*, 27/05/2006). É também este grupo que na imprensa utiliza a clareza de discurso (Breton, [1997] 2001), como forma de validar a sua perspectiva. Com brevidade acentuam os seus argumentos que se expõem directos, concisos e indutores de transparência.

O discurso das vozes desfavoráveis na imprensa é enfatizado pela incerteza, pelos valores da natureza e preservação ambiental. Como se pode verificar na seguinte entrada jornalística “os ambientalistas já gritaram contra a iniciativa” (*Expresso*, 02/07/2005), a voz desfavorável é colocada num tom de clara rejeição. Este grupo de protagonistas utiliza a argumentação no sentido da formação de opinião crítica (Rebelo, 2002). “Promover a consciência ambiental” (*Público*, 17/05/2006) e a noção de que o “nuclear continua a ter vários riscos” (*Diário de Notícias*, 22/5/2006) são as preocupações das vozes desfavoráveis que exemplificam o risco e indeterminação do investimento neste tipo de energia. Para consolidar os seus argumentos afloram também acontecimentos calamitosos do passado:

“As centrais nucleares não são seguras. A França, que é uma potência, esteve em 1999 à beira de uma catástrofe da dimensão de Chernobyl”, (*Diário de Notícias*, 22/5/2006).

A tendência para a discussão sobre os perigos do nuclear permite às vozes desfavoráveis refutarem os argumentos dos economistas e empresários. É frequente a argumentação da incerteza e ignorância existente em relação aos resíduos nucleares – “Estamos com 50 anos de energia nuclear e o problema dos resíduos das centrais não está resolvido” (*Diário de Notícias*, 22/5/2006) –, assim como a convicção de que o nuclear não resolverá os problemas energéticos – “Apesar das promessas, a central não resolverá os problemas energéticos do país, porque só cobrirá 30% do consumo nacional” (*Expresso*, 02/07/2005). Sobre a energia nuclear, trava-se a batalha entre concepções opostas que se provocam mutuamente. A utilização da expressão “arroubos poéticos de fundamentalistas ecológicos” (*Diário de Notícias*, 01/07/2005), inserida no único texto de opinião em análise, remete-nos para a acusação implícita de falta de racionalidade científica das vozes desfavoráveis como se este último grupo fosse irracional. Implícita está a hierarquização do conhecimento em duas fronteiras: a do racional e a do irracional. Nesse sentido, será racional e, portanto, constituindo-se verdade, o que for rigorosamente verificado e sistematizado. No discurso das vozes favoráveis ao nuclear não faltam exemplos desta racionalidade: “no caso de acidente, a sofisticação da tecnologia já não deixa passar a radioactividade para fora da central”, (*Diário de Notícias*, 22/5/2006); “Hoje, cerca de um terço da electricidade europeia é produzida graças à tecnologia de mais de cem centrais nucleares”, (*Diário de Notícias*, 04/07/2005). Outras formas de manifestações que não se pautem nessa perspectiva reducionista da razão são tidas, pelas vozes favoráveis, como pertencentes ao domínio das opiniões e do juízo de valor.

Nesta dicotomia de conhecimento racional e irracional estão implícitos dois domínios: o da verdade e o dos valores. A verdade dirá respeito à ciência (conhecimento científico) e os valores dirão respeito às opiniões, ao mítico, ao conhecimento do senso comum (Santos, 1987). É essa tensão verificada entre o racional e o irracional sobre o nuclear que prevalece no discurso das vozes favoráveis. Há um descrédito, desvalorização e extrema carga negativa dos valores ambientais, acusando-os de utilizarem o nuclear como “um espantalho fácil de agitar” (*Diário de Notícias*, 01/07/2005), e apelidando-os de “inimigos do progresso” (*Diário de Notícias*, 01/07/2005). Aqui, o discurso encaminha-se para a catalogação das vozes desfavoráveis como extremistas, mas só a mera evocação da palavra “inimigos” consegue por si só carregar uma extrema racionalidade científica.

Ao axioma desta racionalidade, que tem como o seu símbolo a central nuclear, as vozes desfavoráveis respondem com ironia, descrédito – “uma proposta aliciante para os incautos” (*Público*, 17/05/2006) –, e exaltação do perigo eminente:

“Só espero que não se corra a insensatez de anunciar que uma central nuclear destas vai para o rio Douro, porque [nesta situação] a filoxera (doença que atacou as vinhas do Douro) teria sido uma brincadeira de crianças”, afirmou Aníbal Fernandes” (*Público*, 3/05/2006).

Em casos com conotações semelhantes, e o de Foz Côa é um exemplo flagrante já citado (Garcia, 2001), existem os que defendem a construção de uma central nuclear em Portugal e que acreditam no tipo de desenvolvimento economicista que advém da sua implementação, demarcando uma visão menos atenta a certas possibilidades negativas da tecnologia. Outros, vêem nesse empreendimento um perigo eminente capaz de causar danos ambientais irreparáveis e demonstram uma forte noção de incerteza dos riscos associados ao nuclear, rejeitando qualquer política de implementação de uma central e abrindo horizontes de tecnologias alternativas. Como refere o jornal *Diário de Notícias*:

“O risco e consequências de um eventual acidente, o problema de armazenamento dos resíduos radioactivos que resultam da laboração de uma central nuclear, o perigo de atentados e o custo destas instalações são alguns dos argumentos que levam os ambientalistas a recusar a opção nuclear” (*Diário de Notícias*, 04/07/2005).

Os valores ambientais parecem, assim, contrapor-se à racionalidade económica movimentando-se, exclusivamente, no sentido da preservação da natureza. No entanto, conseguimos também encontrar no discurso das vozes desfavoráveis uma visão economicista. Este grupo, ao discordar com argumentos económicos legitimados pela tecnologia, defende uma racionalidade económica orientada para o desenvolvimento sustentável. Podemos verificar este posicionamento nas palavras da associação ambientalista Quercus quando sustenta num comunicado que discutir o nuclear no país, agora, “distrai os portugueses dos verdadeiros objectivos de gestão energética que deveriam ser fomentados”. Segundo a Quercus, “não vale a pena perder tempo num debate que a presente proposta poderia suscitar, pois o seu desfasamento da realidade e dos



objectivos de desenvolvimento sustentável é tal que não deverá merecer muito mais comentários no futuro” (01/07/2005). E também nas palavras de Francisco Louçã: “Temos de ter uma estratégia para o sector que nos torne menos dependentes e mais eficientes economicamente na utilização da energia e temos de promover a consciência ambiental” (*Público*, 17/05/2006).

A necessidade de corresponder a uma visão político-económica mundial que traga para primeira instância a preservação da natureza faz com que se verifique na narrativa jornalística argumentos políticos em sintonia com os ideais de preservação ambiental. É neste sentido que encontramos argumentos como “a energia nuclear não faz parte do programa do Governo” ou “a grande prioridade do Governo são as energias alternativas” (*Público*, 01/07/2005).

Não cabe, porém, apenas às vozes desfavoráveis e ao Governo a utilização de argumentos de protecção da natureza. Também as vozes favoráveis defendem ser o nuclear a alternativa para resolver com celeridade problemas ambientais. “Para muitos, o nuclear é a única solução, ou pelo menos a mais rápida, para combater o aquecimento global”, (*Diário de Notícias*, 04/07/2005). Os jornalistas corroboram, por sua vez, esta perspectiva com informação internacional:

“As vantagens comparativas da energia nuclear – mais barata e menos nociva para o ambiente, pelo menos no curto prazo – foram suficientes para convencer 31 Estados (*ver infografia*) a proceder à construção pública ou a autorizar privados a explorarem 443 reactores pelo mundo fora” (*Diário de Notícias*, 22/5/2006).

### **3.2. Aspectos simbólicos da narrativa**

Na linha de pensamento de Elizabeth Bird e Robert Dardenne ao olharmos a notícia como narrativa e ‘estória’ que se debruça sobre a realidade, podemos considerá-la um tipo específico de sistema simbólico (Bird e Dardenne, 1988). Os géneros jornalísticos surgem, indubitavelmente, inseridos numa prática cultural contínua, da qual os próprios jornalistas e os *media* são criadores, reflexo e representação. A notícia, assim como a reportagem, para além de um papel informativo, possibilita experiências colectivas de saber, detém um carácter educativo, de validação cultural e consolidação de conformidades; proporciona definição de valores, estabelece noções de bem e de mal, fornece respostas e explicações

sobre acontecimentos. E é para além da estrutura técnica da construção da informação que os principais géneros jornalísticos comportam mecanismos narrativos, quando a esteticização da linguagem surge para enriquecer a ‘estória’, para lhe dar contornos de um todo narrativo.

Embora tenha sido a possível implementação de uma central nuclear no país o tema em agenda mediática, é sobre a questão do nuclear e da energia num todo que é proposto ao país pensar. A partir do momento em que a proposta do empresário Patrick Monteiro de Barros é lançada na imprensa, a central em si passa apenas a mote e uma narrativização da informação toma lugar – fica eminente o desenrolar de “estórias”. E são os jornalistas que chamam a atenção para o início de uma “série” de notícias a acompanhar. “Esta semana a novela do nuclear voltou”, avança o *Expresso* (02/07/2005), propondo o regresso de um enredo, intriga, entretenimento repleto de personagens que encarnam o bem ou o mal, que batalham numa trama novelesca. Há, implícita, a ideia de o leitor acompanhar a urdidura de uma obra, de “uma história nuclear” (*Expresso*, 02/07/2005).

Uma das significações presentes nos artigos em análise é a recorrência à ideia de que o debate do nuclear que não é apenas “novela”, mas uma “novela inflamada” que volta a público. Segundo os jornalistas a carga de irresolução dos problemas energéticos é tal que “o empresário português do sector petrolífero, Patrick Monteiro de Barros, conseguiu, no mínimo, lançar a chama para reacender o debate sobre a ‘solução energia nuclear’ em Portugal” (*Diário de Notícias*, 01/07/2005). Surge, assim, o rastilho e o “projecto nuclear reacende debate” (*Diário de Notícias*, 01/07/2005), sobre uma questão simbolicamente adormecida.

Nesta narrativa que se alonga sobre a questão do nuclear não faltam referências simbólicas, com carga de significação, devido aos recursos de que se serve o símbolo: a alegoria, a metáfora, a metonímia. Aquela que perfaz simbolicamente toda a narrativa é a mistificação e desmistificação da tecnologia. Mais uma vez, é entre duas vozes dissonantes, que esse trabalho do mito é construído. Lembramos que em *Work on Myth*, Hans Blumenberg argumenta que o mito constitui uma forma de lidar com a ansiedade produzida pelas incertezas do que está por vir, aquilo a que Blumenberg chama de “absolutismo da realidade” (*Absolutismus der Wirklichkeit*) – as explicações gerais e globalizantes oferecidas pelas narrativas míticas. A oposição entre mito e razão é uma invenção tardia e pobre, pois esquece o carácter racional da função própria ao mito, que é a de superar a unfamiliaridade do mundo. Na visão de Blumenberg o mito estará pouco relacionado com o imaginário e mais com um processo racional que se desdobra através do tempo. Os mitos

são resultado de um processo de experimentação entre diversas narrativas, no qual sobrevivem apenas as variantes que possuem maior eficácia. O que interessa realmente é a ideia do mito como realidade que possui um núcleo resistente ao tempo, mas que se transforma com o passar do tempo, em face da importância da sua recepção, num ambiente cultural específico. Vale a pena ainda referir que a hipótese de Blumenberg não é encarar o mito como uma forma de dar respostas ou explicações, mas sim que o mito torna as coisas inquestionáveis (Blumenberg, 1985 [1979]).

As vozes favoráveis ao nuclear promovem a ideia de que a central contém em si a resolução única para os problemas energéticos. É a “boa notícia que nos bate à porta (...) abrindo uma nova era na produção de uma forma poderosa de energia limpa” (*Diário de Notícias*, 01/07/2005). Para corroborar esta visão de tecnologia prometeica argumentam economicamente a viabilidade do projecto dizendo que “a central nuclear deverá gerar cerca de 700 milhões de euros por ano” (*Diário de Notícias*, 22/5/2006) e exemplificam como o nuclear é a solução magnânime já validada por outros, visto “um terço da electricidade europeia [ser] produzida graças à tecnologia de mais de cem centrais nucleares” (*Diário de Notícias*, 04/07/2005).

A mitificação da tecnologia é concretizada através de Patrick Monteiro de Barros que surge no jornal *Expresso* como o “Homem do ouro negro” (02/07/2005), aquele que detém o poder e que encabeça a demanda do nuclear em Portugal. E a acompanhá-lo surge Sampaio Nunes que “descreveu o seu trabalho como uma espécie de “evangelizador do nuclear” (Público, 27/05/2006), aquele que preconiza uma doutrina, o que exerce uma causa nobre e elevada. O mesmo é noticiado como o que afasta o “fantasma” da insegurança (*Diário de Notícias*, 22/5/2006), ou seja, que livra a sociedade do incerto, perigoso e talvez arbitrário risco do nuclear.

As vozes desfavoráveis à construção da central nuclear em Portugal têm outra abordagem. Nos seus argumentos encontramos implícito o “contra-mito”. Em causa está a possibilidade do grande acidente, do dilúvio que ao longo da narrativa é reafirmado pela incerteza e ignorância relativas à energia nuclear. Ao projecto do nuclear em Portugal, a Quercus reagiu com “um rotundo não” (*Diário de Notícias*, 04/07/2005). Segundo as vozes desfavoráveis o “impacto psicológico [sobre o nuclear] é de tal modo forte que de nada serve aos defensores do nuclear dizer que morre muito mais gente nas estradas do que alguma vez se imaginou que pudesse ocorrer num acidente nuclear civil” (*Diário de Notícias*, 22/05/2006). A tentativa é a de desmitificar os valores racionalistas das vozes favoráveis que tratam a questão nuclear como a “salvação” do país demonstrando que a

questão do nuclear é séria, real e comporta riscos incalculáveis. Mas estes argumentos das vozes desfavoráveis no sentido do “contra-mito” comportam também, em si, alguma mitificação da tecnologia, pelas expressões com forte conotação repressiva e pela contínua negatividade que atribuem à tecnologia nuclear. Os seus argumentos têm, portanto, uma dupla finalidade: por um lado, contrariar a mitificação tecnológica das vozes favoráveis e, por outro, atribuir à tecnologia a imagem de algo que despoleta o mal, do dilúvio, do grande acidente.

Por isso, alertam dizendo: “Nuclear não obrigado!” (*Diário de Notícias*, 04/07/2005). Argumentam que os “resíduos duram mais do que qualquer civilização” (*Diário de Notícias*, 22/05/2006) e que “estamos com 50 anos de energia nuclear e o problema dos resíduos das centrais não está resolvido. A solução que existe não é propriamente uma solução” (*Diário de Notícias*, 22/05/2006). Entre as vozes favoráveis e desfavoráveis, surge o Governo, representado pelo ministro da economia, Manuel Pinho. Ao contrário do que se espera de um interveniente que nesta narrativa jornalística gere uma situação de conflito, o Governo é apresentado pelos jornalistas, num primeiro momento, como aquele que considera o nuclear “muito actual, devido à alta do preço do petróleo”, e que “deve ser olhado com a máxima atenção e seriedade” (*Público*, 01/07/2005). Contudo, num segundo momento é apontado como aquele que “corrige o tiro” (*Público*, 01/07/2005). A expressão manifesta simbolicamente uma mudança de posicionamento, mas de forma acurada coloca o Governo no lugar da voz que falhou o “alvo”, que atirou erradamente, embora ao “corrigir” esteja a remediar o sucedido. A expressão “corrige o tiro” consolida também a ideia de que o Governo se manteve afastado do debate sobre o nuclear, embora fosse uma das vozes intervenientes.

Há, nas peças jornalísticas em análise, um recurso constante à primeira pessoa do plural que suscita um apelo identitário e que invoca a noção de interesse nacional, assim como de participação colectiva na decisão de implementação da central nuclear. Esta recorrência ocorre não só nas citações escolhidas para as peças jornalísticas, como também no próprio discurso dos jornalistas. Expressões como “para discutir este projecto basta percebermos a nossa dependência do petróleo”<sup>11</sup>, “temos de promover a consciência ambiental” (*Público*, 17/05/2006), ou “se ficarmos mais uma vez no imobilismo, nunca mais vendemos um kilowatt que seja a Espanha” (*Diário de Notícias*, 22/05/2006), são exemplos da exaltação nacional.

---

<sup>11</sup> *Diário de Notícias*, 01/07/2005

Da mesma forma, a palavra “país” é sistematicamente utilizada criando uma tensão comum. A sua constante referência está associada às expressões “problema energético” (*Diário de Notícias*, 04/07/2005), ou “o que o País precisa é de medidas políticas que reduzam os consumos do petróleo” (*Diário de Notícias*, 04/07/2005), realçando a necessidade de acção ao mesmo tempo que evidencia a fragilidade energética do país. Na continuidade desta ideia surgem, também, expressões como “a sociedade portuguesa tem de discutir a opção nuclear” (*Diário de Notícias*, 01/07/2005), consolidando o imperativo da acção e de uma imposição do tema na opinião pública.

### 3.2.1. Signos icónicos

A leitura de um texto inicia-se com uma acção óptica e mental que se desenvolve simultaneamente mediada por um contexto social no qual o leitor já se encontra inserido. O leitor reconhece as letras e assimila o sentido de cada palavra, estabelece relações entre elas, o que lhe permite um trabalho específico de imaginação, inerente à leitura. Na fotografia, o processo de leitura, pode ser decomposto em três fases: a percepção, a identificação e, conseqüentemente, a interpretação. Na linha de pensamento de Panovsky (s.d. [1955]) poderíamos dividir estes momentos em significado primário ou natural, significado secundário ou convencional e significado intrínseco.

Na leitura da imagem fotográfica há um amplo e directo desencadeamento das reacções emocionais e subliminares, pois esta já suprime essa fase intermediária que concebe mentalmente a imagem. Neste sentido, a fotografia de imprensa não será apenas a realização ou fixação de imagens concebidas a partir da leitura de textos, ela é resultado do fotógrafo que ao disparar a máquina fixa uma imagem do real. Podemos designar que este é o significado primário de uma realidade fotografada. A imagem petrifica o momento fotografado, fixa-o para sempre para que possamos voltar para esse momento sempre que quisermos. Esta é uma qualidade da fotografia que Barthes associou à “morte”, ao reflectir sobre o seu retrato fotográfico. Escreveu o autor na obra *Câmara Clara*: “o que eu vejo na fotografia que me tiram (a “intenção” segundo a qual eu olho) é a Morte; a Morte é o *eidos* dessa Fotografia” (Barthes, 1989: 32).

Para além do tempo e do modo como foi produzida e pode actuar, ao nível particular, uma fotografia pode reavivar sentimentos relativos a alguém que não está presente, ou trazer, por instantes, sensações vividas em determinado momento. Na perspectiva de Barthes a fotografia fixa um tempo sem retorno, congela-o.

De entre os diversos fins da fotografia, a imagem na imprensa tem características próprias. Ao ser utilizada enquanto representante da realidade, para além do seu carácter denotativo ela veicula valores específicos inerentes ao resultado da sua selecção condicionada aos constrangimentos da produção jornalística. As imagens publicadas na imprensa têm capacidade de destacar um acontecimento, provocar, chocar, evocar sensações e valores. Elas têm em si o poder de veicular uma multiplicidade de significações. Associada aos títulos, legendas ou textos jornalísticos, a imagem ganha um suporte linguístico que pode reduzir as significações implícitas, mas proporcionar outras.

A subjectividade da imagem aumenta com os progressos da tecnicização da imagem que vieram permitir, através da intervenção técnica, a sua construção. A ampliação, composição ou decomposição convertem uma imagem num dispositivo construtor da própria realidade. E se, às imagens fotográficas trabalhadas, adicionarmos as actuais imagens elaboradas por computador, encontramos simulacros com alto nível de realismo. Verificam-se exemplos na publicação de composições gráficas (*Diário de Notícias*, 22/05/2006) como mapas de localização de centrais nucleares na Europa ou gráficos com produção de electricidade através do nuclear por país. Com ferramentas de manipulação da imagem, o ângulo de visão, iluminação, cor e pose confere-se às personagens ou objectos da imagem determinadas cargas emocionais e qualidades que podem tanto enaltecer como reprovar a realidade representada. Encontramos um exemplo no jornal *Diário de Notícias* que representa o processo de produção de energia nuclear através de ilustração gráfica.

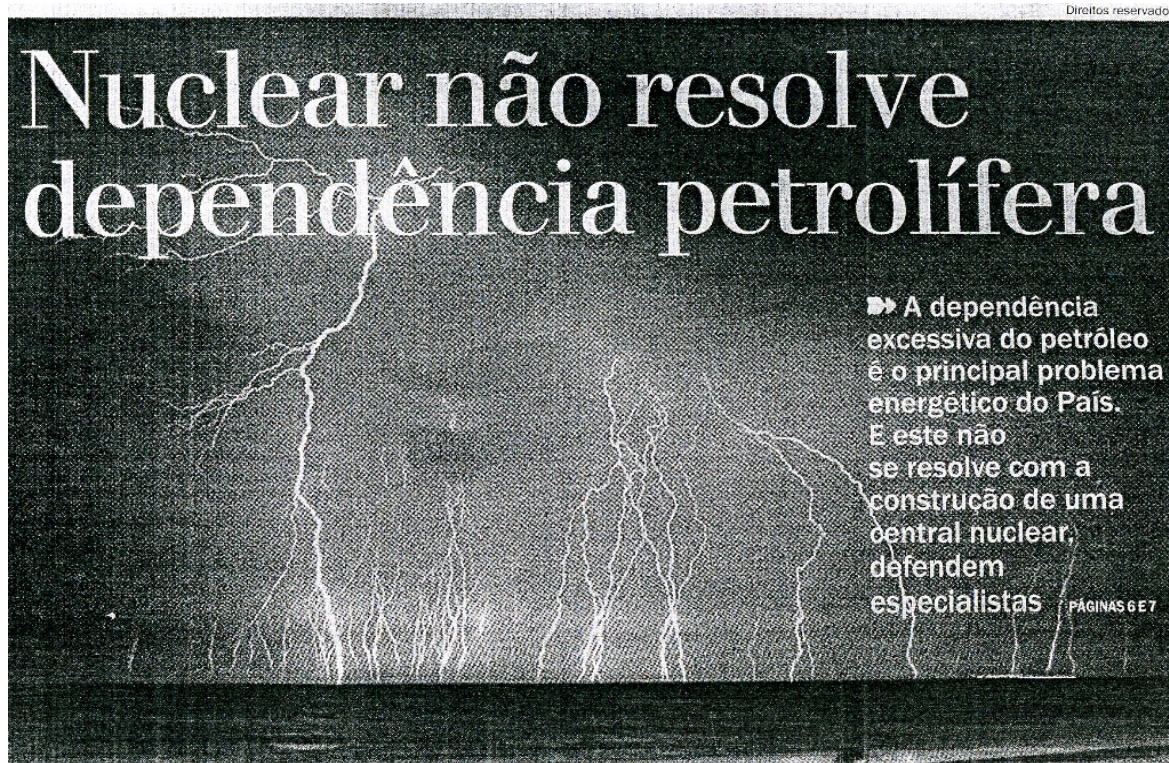
Esta sequência tem um sentido didáctico ao mesmo tempo que, pela forma simples em que é apresentada, valoriza a tecnologia em detrimento dos riscos a ela associados, uma vez que espelha a perfeição do ciclo de produção de energia nuclear. No entanto, não é apenas nas composições gráficas que se encontram significações implícitas.



*Diário de Notícias*, 22/05/2006

Na primeira página do suplemento DNnegócios do jornal *Diário de Notícias* (04/07/2005), acompanhada pelo título “Nuclear não resolve dependência petrolífera”, surge uma fotografia que num primeiro olhar nada tem que se relacione com a questão do nuclear. Sob um fundo negro, relâmpagos incandescentes ramificam-se atravessando o céu em

direção ao mar. A estes raios podemos relacionar o conceito de *punctum* de Roland Barthes (1989: 47).

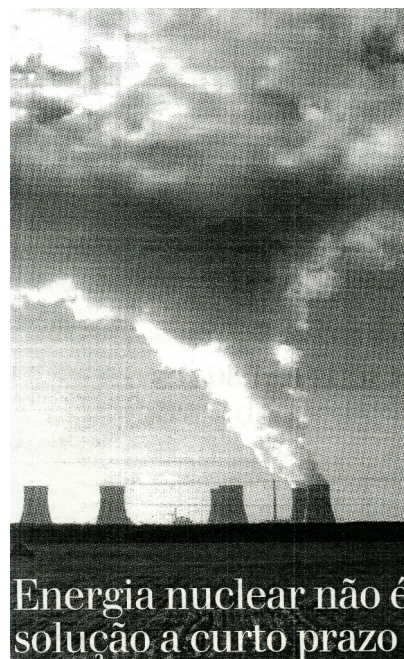


Diário de Notícias, 04/07/2005

O *punctum* será um detalhe na imagem que, por uma força que concentra em si, atinge o leitor e lhe mobiliza a atenção. A fotografia concentra no seu *punctum*, uma metonímia, uma marca deixada pelo referente e que afecta o olhar de quem a observa. Estes raios descontrolados que se lançam pela terra adentro são uma força da natureza, mas aqui acompanhados pela ideia do nuclear que “não resolve dependência petrolífera”, concentram múltiplas significações. Já não vemos raios, mas energia que pode ser descontrolada e sob a qual o Homem não tem mão. Tem em si implícita a noção de perigosidade, força, possivelmente destruição. No fundo uma energia descontrolada que não resolve a dependência petrolífera. Mas, os raios não deixam de ser também força, poder e concentração energética – características que podemos atribuir igualmente à energia nuclear. Há ainda todo um sentido subjacente que se denota na imagem. Se a interpretarmos enquanto inserida num debate que se vai desenvolvendo nos jornais, sobre o nuclear, ela comporta também uma ideia mais abrangente de turbulência, de que a sociedade está de novo centrada na questão do nuclear que é conturbada, polémica e controversa.

Na mesma edição e suplemento do *Diário de Notícias* (04/07/2005) surge uma outra imagem, agora mais representativa. Avistamos um campo cultivado e em profundidade

distingue-se perfeitamente uma central nuclear. Reconhecemos como sendo uma central nuclear porque perfilam nesse horizonte seis chaminés características. Duas das seis chaminés deitam fumo que se espalha pelo céu acima até absorver a totalidade da largura da imagem. Essa nuvem de fumo que abarca o céu espalha-se primeiro num tom acinzentado e depois, à medida que se afasta das chaminés parece tomar tonalidades esbranquiçadas. Acompanhada pelo título “Energia nuclear não é solução a curto prazo” esta grande nuvem remete-nos para uma imagem de poluição que ininterruptamente atinge a atmosfera. Ela é sinónima do peso industrial e tecnológico que comporta uma central

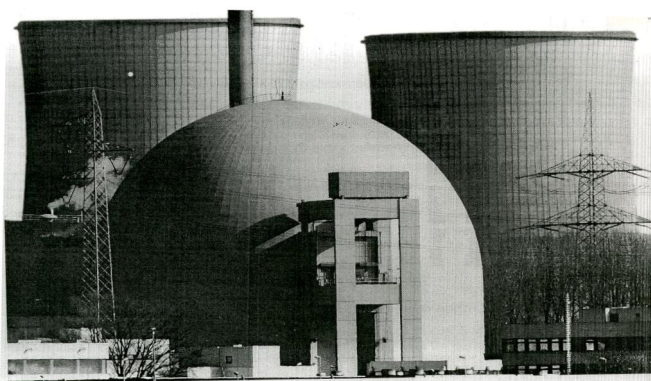


*Diário de Notícias, 04/07/2005*

nuclear. Entre o olhar do leitor (ponto de onde foi tirada a fotografia) e as chaminés existe uma distância significativa que alude a uma perspectiva de observador de um cenário. O leitor está distante de uma poluição que se estende pelo céu fora.

Não muito longe, simbolicamente, desta imagem encontramos uma outra. No jornal *Diário de Notícias* (22/05/2006), uma fotografia ocupa metade da página com uma central nuclear. Aqui, há uma representatividade implícita. A central ocupa a totalidade da imagem e uma cúpula evidencia-se à frente de duas colunas, que podem ser depósitos.

Lateralmente há postes de electricidade. Entra-nos pelos olhos muito betão que preenche o espaço da imagem. O betão leva-nos a sentir o espaço da imagem como algo pesado, denso e reflexo do poder tecnológico instalado. Mas, no centro da imagem encontra-se aquilo que podemos considerar o *punctum*. A



*Diário de Notícias, 22/05/2006*

cúpula imponente de betão parece encerrar em si a graça de um templo, algo que guarda no sentido figurado, o segredo, aqui tecnológico. À frente da cúpula um grande alpendre poderia ser a entrada desse templo, dessa incógnita indústria tecnológica.

A composição gráfica também é utilizada para ilustrar as notícias dedicadas à energia nuclear. Estas imagens construídas através de dispositivos tecnológicos são menos



representativas da realidade e tendem a comportar maior carga de signos icónicos. Exemplo disso é a composição gráfica publicada no jornal *Diário de Notícias* (22/05/2006).



## Governo avança com entidade reguladora da energia nuclear

*Diário de Notícias*, 22/05/2006

Na imagem três grandes colunas avistam-se no horizonte. Em primeiro plano encontra-se uma mulher que detém nos braços uma criança. Entre estas duas manchas ou objectos o espaço é ocupado por troncos de árvores – linhas desconcertantes, ora brutalmente negras, ora de um branco luzidio. As grandes colunas são-nos familiares. Assumem-se perante a nossa percepção visual como chaminés e dos seus cumes, erguem-se nuvens de fumo branco. Os troncos das árvores, despidos de folhas, revelam-se como natureza morta, calcinada e em jeito de reduto de uma atmosfera poluída. A imagem denuncia-se então a nossos olhos, revela o seu conteúdo, o seu significado intrínseco. Quase sem identidade, os troncos de árvores que se encontram mais afastadas das chaminés serão ainda árvores calcinadas, mas na aproximação e em contacto com as colunas brancas da possível central nuclear, metamorfoseiam-se em formas, quase raios luminosos vindos da terra, mas aprisionados às chaminés. A mulher, mãe protectora, fixa um ponto visível – as chaminés da central nuclear –, mas o seu corpo, coberto por um manto que se estende até à base de uma das chaminés, encontra-se orientado para o lado inverso, simulando a repulsa por aquilo que olha atentamente, demonstrando tentativa de fuga na nossa direcção – o lado de quem lê a imagem. Esta mãe, tem em seus braços a criança – o futuro – que envolve com grandes mãos, como que em tom de protecção da esperança. A criança ao seu colo, fixa,

por sua vez, um ponto invisível que o leitor pode determinar facilmente como sendo o seu próprio espaço – o rosto de quem lê, o corpo de quem observa o cenário atroz. Olha-nos perplexa e com uma forte expressão de desagrado, simulada numa boca visivelmente negativa. Este é um cenário de catástrofe ambiental desenhado para acompanhar a manchete “Governo avança com entidade reguladora da energia nuclear”, do caderno de Economia, do jornal *Diário de Notícias*.

Nesta imagem, o leitor pode quase rever-se naquele ambiente – um espaço de significação simbólico. A imagem surge como que à semelhança da realidade, mas, encontra-se nela um duplo artifício – não só se reporta a um engenho tecnológico que carrega o peso do risco ambiental, como ela própria é produto da técnica. Ao emanar esta duplicidade técnica ela confronta o observador, despoleta as suas emoções e fascina porque carrega toda uma história que emancipa o Homem na sua busca pelo conhecimento, embora a imagem contenha também uma carga negativa despoletada pela “ideia” ou tema. Mas há como que um regozijo, pois ela tanto amedronta como ironiza, no seu jeito exagerado de repulsa da tecnologia criada pelo Homem.

Na esteira de Flusser “o carácter aparentemente não-simbólico, objectivo, das imagens técnicas faz com que o seu observador as olhe como se fossem janelas e não imagens” (Flusser, 1998: 34). O observador, segundo Flusser, confia nas imagens como nos seus próprios olhos e quando critica o que vê nessas imagens, não é a substancialidade da imagem que está em causa, mas sim a imagem enquanto “visões do mundo” (Flusser, 1998). Contudo, a “aparente objectividade das imagens técnicas é ilusória, pois na realidade são simbólicas quanto o são todas as imagens” (Flusser, 1998: 34). A tecnologia presta então uma substituição subtil da natureza (da realidade), por meio de um artifício que, segundo esta concepção, dificilmente pode ser detectado enquanto tal, e que empreende uma confusão entre a natureza, o real e a sua “imagem” – o seu reflexo mediático.

No jornal *Expresso* (02/07/2005) outra composição gráfica apela à reflexão. Uma bandeira portuguesa com símbolo radioactivo no centro é observada por um indivíduo desenhado com a mão sobre o queixo evidenciando um ar reflexivo. A imagem remete-nos para a ponderação do nuclear no país, quer pela presença simbólica da bandeira, quer pela expressão pensativa do sujeito. O título que acompanha a imagem – “central nuclear no Douro” – remete para uma localização específica, mas a composição gráfica abre a hipótese de localização de uma central nuclear a todo o país. Embora seja uma imagem criada graficamente e, portanto, não contenha em si as características de uma fotografia,

ela é representativa. E apesar da sua representação se realizar, numa primeira instância, a nível pictórico (contém figuras criadas à semelhança de uma realidade), a sua maior representatividade encontra-se ao nível da ideia. A imagem carrega uma forte expressão de incerteza em relação à energia nuclear, denunciando preocupações ambientais de risco e incerteza para o país através de figuras simples, mas facilmente legíveis e finalmente, a imagem actua simbolicamente num espaço de memória colectiva, pois ao ícone de radioactividade estão associados momentos históricos como, por exemplo, a explosão de Chernobil, em 1986.



Expresso, 02/07/2005

### 3.3. A polissemia do risco na narrativa jornalística

Recentemente, de certo devido à importância atribuída às alterações climáticas e catástrofes ambientais, os *media* têm vindo a dedicar uma atenção cada vez maior à noticiabilidade do risco enquanto tal e não como factor decorrente de um acontecimento. Nos jornais em análise, a noção de risco é polissémica e surge associada à possível construção de uma central nuclear em Portugal. Aqui podemos identificar, desde logo, três características sobre esta associação: o tema não é um evento catastrófico, mas sim algo que está em discussão; a questão do risco surge enquanto argumento das vozes favoráveis e desfavoráveis, para validar as suas posições económicas e ideológicas; a ideia de risco está associada às consequências da energia nuclear e surge relacionado com a memória de acontecimentos passados. Mais uma vez, é na discordância argumentativa das vozes favoráveis e desfavoráveis que se evidenciam diferentes noções de risco. As vozes favoráveis tendem a valorizar o risco probabilístico, enquanto as vozes desfavoráveis incidem sobre o risco com incerteza e ignorância.

No decorrer da análise foram encontrados argumentos indissociáveis à questão do risco nuclear, na sua vertente tecnológica. As vozes intervenientes com orientação favorável tendem a desmistificar a ideia patente na sociedade de que a energia nuclear comporta riscos inerentes à sua tecnologia. Sobretudo, nestas vozes, o avanço das tecnologias assume um papel importante de minimização de riscos de acidentes nucleares e não o seu contrário. Encontram-se expressões como “riscos diminutos decorrentes do avanço tecnológico” (*Diário de Notícias*, 01/07/2005), “acidente de Chernobil já não é possível hoje em dia” (*Diário de Notícias*, 22/05/2006), ou “no caso de acidente, a sofisticação da tecnologia já não deixa passar a radioactividade para fora da central” (*Diário de Notícias*, 22/05/2006). As vozes favoráveis estabelecem, assim, uma visão de aceitação de determinismo tecnológico e probabilização matemática do risco.

Na imprensa, é recorrente a referência das opiniões de cientistas e outros especialistas assim como a divulgação de estudos, relatórios e resultados de investigação científica para validar as suas matérias. Não cabe apenas aos jornalistas a utilização desta linguagem, também as próprias vozes intervenientes argumentam sobre o cálculo de risco, a prova científica, a certeza e a capacidade de predição e controlo do risco. Na voz daqueles que são favoráveis à implantação da central nuclear em Portugal “os resíduos nucleares são cem mil vezes menos que os lançados na atmosfera por uma central de carvão” (*Diário de Notícias*, 22/05/2006). Sampaio Nunes, citado enquanto especialista na matéria, diz que “em dez anos os resíduos perdem 50% da nocividade, em 100 anos 90% e o resto demora milhares de anos, mas já com uma radioactividade natural, ou seja, aquela que não é agressiva aos corpos vivos, nomeadamente humanos” (*Diário de Notícias*, 22/05/2006). Em causa está a probabilidade de risco que, na perspectiva do consórcio Patrick Monteiro de Barros, é claramente desvalorizada.

Os argumentos das vozes desfavoráveis à construção da central nuclear em Portugal não utilizam argumentação probabilística. No seu discurso é patente a ideia de que a questão da energia nuclear contém grande carga de incerteza e ignorância. Neste sentido é impressa a noção de que a probabilidade de acidente nuclear é “impossível de quantificar, mas não pode ser ignorado” (*Público*, 03/05/2006). Argumentam que a tecnologia é “um problema intrínseco” à falta de segurança das centrais nucleares (*Diário de Notícias*, 22/05/2006) e que a tecnologia utilizada comporta risco de acidente por não ser devidamente testada. Como publica o jornal *Diário de Notícias*, na voz de Anibal Fernandes: “Para combater essa mistura explosiva introduziram uns recombinaidores catalíticos de hidrogénio que não foram testados, ou seja ninguém sabe como aquilo funciona” (22/05/2006).

Em particular, reside um enfoque sobre os resíduos que “terão um período de vida superior ao de qualquer civilização da história da humanidade” (*Diário de Notícias*, 22/05/2006) e que “a tecnologia para tratamento destes até pode ser excelente, mas efectivamente há elementos sobre os quais não temos conhecimento” (*Diário de Notícias*, 22/05/2006). A propósito, encontramos expressões como “o que devemos fazer é evitar produzir mais”, porque “ainda não existe forma absolutamente segura de tratar os resíduos radioactivos” (*Diário de Notícias*, 22/05/2006), ou que se deve “condenar veementemente esta proposta, que mergulharia Portugal no risco do nuclear” (*Público*, 01/07/2005).

A enunciação da incerteza sobre a energia nuclear nas palavras dos jornalistas surge quando enumeram as razões das opiniões desfavoráveis. Como refere o *Diário de Notícias*: “O risco e consequências de um eventual acidente, o problema de armazenamento dos resíduos radioactivos que resultam da laboração de uma central nuclear, o perigo de atentados e o custo destas instalações são alguns dos argumentos que levam os ambientalistas a recusar a opção nuclear” (04/07/2005).

Na imprensa em análise é também possível encontrar argumentos que evidenciam a noção de risco como ignorância. Nas vozes desfavoráveis, a ignorância está inerentemente relacionada como a incerteza dos riscos, mas denota-se pela necessidade de frisar constantemente que essa incerteza não é reconhecida. Quando o *Diário de Notícias* publica: “Anibal Fernandes e Susana Fonseca alertam para a falta de uma solução para os resíduos” (*Diário de Notícias*, 22/05/2006), está implícita a ideia de incerteza, mas o alerta levantado aqui deve-se, sobretudo, à noção de ignorância sobre o risco em causa.

Nas vozes favoráveis, como persiste uma linguagem eminentemente racionalista e em prol da tecnologia, encontramos produção de noção de risco como ignorância. Na defesa dos seus argumentos, estas vozes ao valorizarem a tecnologia tendem a produzir a ideia de que a incerteza é solúvel e por isso contribuem para a ignorância, uma vez que não assumem totalmente o risco. Podemos constatá-lo nas palavras de Sampaio Nunes, para o qual os resíduos “são um problema que a tecnologia vai resolver” (*Diário de Notícias*, 22/05/2006).

No decorrer da análise é possível verificar que alguma da argumentação utilizada pelas vozes desfavoráveis aponta para uma noção de risco com indeterminação. Argumentos como “em Espanha há dezenas de milhares de toneladas de resíduos armazenadas em caixotes de chumbo blindados porque não sabem o que lhes hão-de fazer” (22/05/2006) ou a ideia de que ter nuclear em Portugal é “um risco que abre as portas a vários problemas de segurança” (*Diário de Notícias*, 22/05/2006) surgem na medida em que as incertezas

decorrem da existência de um comportamento social incerto que configura uma situação de indeterminação. Se há uma visão veiculada pelas vozes favoráveis de energia nuclear determinista, as vozes desfavoráveis tendem a demonstrar perplexidade sobre essa noção explicitando a indeterminação que o risco comporta.

A noção de risco duradouro encontra-se associada às possíveis consequências a longo termo que a construção de uma central nuclear pode provocar. Para validar esta carga temporal de efeitos, as vozes desfavoráveis utilizam argumentação histórica com datação – “estamos com mais de 50 anos de energia nuclear e o problema dos resíduos ainda não foi resolvido” (*Diário de Notícias*, 22/05/2006) –, e incidem sobretudo na ideia de impossibilidade de retorno caso se avance com a proposta da central nuclear. Segundo as vozes desfavoráveis esta proposta “mergulharia Portugal no risco do nuclear” (*Público*, 01/07/2005), ou seja colocaria o país numa situação de risco irreversível e intemporal.

Nas palavras das vozes desfavoráveis à construção da central nuclear são enumerados vários riscos previsíveis e decorrentes da energia nuclear. No entanto, a sua argumentação comporta o carácter paradoxal de que, sendo os riscos previsíveis, não podem ser na sua totalidade previstos. Neste sentido, a argumentação tende a ser massiva na enumeração de possíveis situações de perigo, na exemplificação e retrato do risco. A possibilidade de um eventual acidente, o problema de armazenamento dos resíduos radioactivos, o custo da instalação de uma central são alguns dos argumentos apresentados. Expressões como “perigo eminente” no caso de necessidade e evacuação de pessoas (*Diário de Notícias*, 04/07/2005) que se encontrem no perímetro de uma central nuclear, e o exemplo do rio Columbia, nos Estados Unidos da América, que “corre risco de contaminação graças à ameaça de colapso dos 177 depósitos de resíduos nucleares subterrâneos” (*Diário de Notícias*, 22/05/2006), são argumentos que antecipam a previsibilidade de risco. Nas palavras das vozes desfavoráveis lançam-se focos de cautela: “o Partido Ecologista “Os Verdes” chama a atenção para o passivo de resíduos radioactivos da minas da Urgeiriça que Portugal já tem e alerta para eventuais problemas maiores” (*Público*, 01/07/2005).

Mas, não coube apenas às vozes desfavoráveis apontar riscos previsíveis e imprevisíveis. O consórcio Patrick Monteiro de Barros reconhece a previsibilidade de riscos associados à construção de uma central nuclear que, a ser no Douro, como aponta Sampaio Nunes no jornal *Público*, abre “desde logo a possibilidade de um ligeiro aquecimento das águas do rio Douro” (17/05/2006). No entanto, a assunção do risco por parte do consórcio é entendida como uma inevitabilidade já existente e, portanto, menorizada. Como refere o jornal *Diário de Notícias*:

“Quer queiramos quer não, já temos os riscos do nuclear em Portugal”, afirma [Mira Amaral], lembrando que o facto de existirem centrais em Espanha é, do ponto de vista ambiental e de risco nuclear, absolutamente igual a tê-las cá”, (22/05/2006).

Não é, portanto, a previsibilidade e visibilidade dos riscos que estão em causa, mas a desvalorização do risco tecnológico nuclear. Nas peças jornalísticas em análise verificou-se uma constante perda de valor etimológico do risco, devido a factores implícitos à temática da construção de uma central nuclear em Portugal. Mediante as necessidades económicas, a premência de desenvolvimento e posicionamento do país na economia mundial e pelo enquadramento de produção energética nacional, veicula-se a noção de que o risco nuclear está em mutação devido aos avanços tecnológicos, retratando-o como algo secundário. Esta desvalorização surge principalmente nos argumentos das vozes favoráveis para as quais “os resíduos produzidos são insignificantes” (*Diário de Notícias*, 01/07/2005). Confiam que os novos processos de fissão nuclear eliminam os seus riscos e que os resíduos “são um problema que a tecnologia vai resolver”, (*Diário de Notícias*, 22/05/2006). Este determinismo tecnológico avança pelo encontro de argumentos que tanto podem ser de cariz histórico – “acidente de Chernobyl já não é possível hoje em dia”, (*Diário de Notícias*, 22/05/2006) –, como de deslocação da responsabilidade do risco para instâncias não tecnológicas – “todos os acidentes que aconteceram até hoje em centrais nucleares para produção de energia eléctrica foram causados por erros humanos”, (*Diário de Notícias*, 04/07/2005) –, ou estabelecimento de comparações com riscos de outras índoles – “quando estamos a falar de resíduos nucleares referimo-nos a algo cem mil vezes menos ao que é hoje despejado na atmosfera por uma central de carvão”, (*Diário de Notícias*, 22/05/2006). Em suma as vozes favoráveis defendem que a central nuclear portuguesa “será seguríssima”, (*Diário de Notícias*, 22/05/2006).

Por vezes, a desvalorização do risco da energia nuclear é extensiva à linguagem dos jornalistas. O jornal *Diário de Notícias* publica: “Mira Amaral e Pedro Sampaio Nunes afastam ‘fantasma’ da insegurança” (22/05/2006), expressão que encerra a complexa questão da energia nuclear numa imagem pré-definida, um cenário reconhecido como algo perigoso, mas agora livre de preocupações. Pela mão do consórcio Patrick Monteiro de Barros, através da certeza científica e tecnológica, as incertezas e inseguranças levantadas

sobre as centrais nucleares começam “a ter soluções mais seguras”, (*Diário de Notícias*, 04/07/2005).

### **3.4. Conclusões**

Neste capítulo tentámos evidenciar, através do levantamento de expressões linguísticas e conteúdo da narrativa jornalística sobre a construção de uma central nuclear em Portugal, as características do discurso do risco e a sua manifestação num campo privilegiado de significações simbólicas.

Embora a questão do risco na narrativa jornalística seja polissémica, é clara a distinção entre os argumentos das vozes favoráveis e das vozes desfavoráveis ao nuclear. Ao longo da narrativa, as vozes favoráveis apoiam-se na racionalidade económica e defendem a ciência como uma verdade absoluta, e a tecnologia como uma solução para todos os problemas energéticos do país. Ao legitimarem os seus argumentos económicos valorizando a tecnologia nuclear, tendem a elevar a tecnologia a mito – a “salvação” que deve ser entendida como algo natural e inevitável, pois é apostando nela que o futuro energético do país se resolverá. O risco nas vozes favoráveis é eminentemente probabilístico, e nos seus argumentos a própria tecnologia terá capacidade para se superar, para evitar e resolver todos os riscos inerentes de uma central nuclear. Trata-se de um discurso que tende a oferecer um conjunto de argumentos capazes de naturalizar até a própria noção de risco como podemos verificar quando as vozes favoráveis reconhecem consequências ambientais (como a alteração da temperatura dos rios), relacionadas com as centrais nucleares, mas interpretam-nas como algo diminuto em comparação com as vantagens desta tecnologia.

As vozes desfavoráveis, por seu lado, tendem a refutar o discurso economicista das vozes favoráveis através da incorporação da incerteza e ignorância associadas ao risco tecnológico. Os seus argumentos pretendem desmistificar continuamente a tecnologia, através da explanação da incerteza dos resíduos nucleares e de incidentes passados, imprimindo a noção de risco duradouro, imprevisível e catastrófico a que o país se submeterá caso avance com a construção de uma central nuclear. Ao procederem “contra” o mito tecnológico contribuem de algum modo para uma mitificação, mas aqui pela negativa. Embora o seu discurso globalmente afirme valores ambientais, não deixa de transparecer também uma perspectiva económica sobre a questão energética, mas no sentido de um modelo de desenvolvimento sustentável. Os seus argumentos económicos



são quase rarefeitos em comparação com os valores e racionalidade ambientais que defendem avidamente em toda a narrativa jornalística.

Os discursos nos *media*, quer das vozes favoráveis, quer das desfavoráveis são polvilhados de expressões simbólicas que demarcam grandemente as suas perspectivas. Podemos encontrá-las na defesa dos seus valores e também no permanente apelo à identidade nacional, efectuado através de expressões como “nós” ou “o país”.

As imagens que acompanham a narrativa caracterizam-se pelo seu aspecto de significação. Têm implícito um carácter de *eidolon* (do grego *eidos*, significa ideia) que permite despoletar as representações sociais do imaginário colectivo. Verificámos que são frequentes imagens e composições gráficas que vão de encontro aos argumentos das vozes desfavoráveis e que, portanto, representam, a energia nuclear como algo simbolicamente perigoso, incerto, destrutivo, poluente e indesejável. Outras imagens, em menor quantidade, reflectem o poder tecnológico através da fotografia de uma central nuclear ou graficamente o processo de produção de energia nuclear, num sentido didáctico, favorecendo o discurso das vozes favoráveis. Contudo, estas têm menor força do ponto de vista simbólico e mesmo representacional.

Verificou-se também, no decorrer da análise, que a linguagem dos jornalistas sobre a construção de uma central nuclear contribuiu para a causa dos valores partilhados pelas vozes desfavoráveis e pelo Governo. Ao longo de toda a narrativa é frequente a consolidação de uma visão que se tem vindo a afirmar nas sociedades ocidentais da partilha de valores pro-ambientalistas, pelo destaque das afirmações das vozes desfavoráveis e também pelo maior número de imagens neste sentido. No entanto, esta partilha de valores não deixa de se operar num espaço de disputa argumentativa. Dois campos de valores estão constantemente a ser representados: os valores ambientais e a racionalidade económica.

#### 4. CONCLUSÕES FINAIS

Ao longo deste trabalho tivemos oportunidade de demonstrar que o discurso sobre o risco associado à energia nuclear contém inerentemente uma carga simbólica. Através da reflexão teórica sobre o risco tecnológico e a análise efectuada ao discurso sobre a construção de uma central nuclear em Portugal, foi-nos possível estabelecer, desde logo, uma relação clara entre risco e energia nuclear. Nem todos os avanços científicos e tecnológicos vêm acompanhados de expectativas positivas pela sociedade. Muitos são recebidos com inquietação e ansiedade, devido aos efeitos colaterais decorrentes da inovação tecnológica que, normalmente, apresentam riscos consideráveis ou mesmo incertezas. Essa postura é válida para a questão nuclear, cujo actual debate é polarizado por vezes favoráveis e desfavoráveis em relação à presença ou não de um risco tecnológico associado à instalação de uma central nuclear. Este tema decorre em muitos países e tem tido grande relevo nos últimos anos a nível nacional, principalmente porque a questão do nuclear tem sido apontada como uma alternativa à crise energética mundial.

Embora o tema da energia nuclear não esteja hoje circunscrito à sua tecnicidade, quer pelas áreas de interesse que abarca, como a economia, política e ambiente, quer pela sua controvérsia, no discurso sobre a construção de uma central nuclear, em Portugal, verificámos que, na sua maioria, as vozes presentes validam os seus argumentos através da minimização ou maximização dos riscos tecnológicos associados ao nuclear. Duas racionalidades movem-se neste discurso: a económica e a ambiental, tendo papéis sociais de disputa em torno da tecnologia nuclear bem definidos. As vozes desfavoráveis acentuaram o risco nuclear numa perspectiva de radical incerteza; as vozes favoráveis centraram-se nas vantagens económicas e na defesa de um risco calculado e controlável. Este debate na imprensa em análise é caracterizado pelo choque cultural entre as forças que secundarizam o risco como incerteza, as quais personificam as soluções técnicas e não as políticas, e as forças avessas às contingências severas que personificam a alteração de políticas e modelos de desenvolvimento e consumo energético. Os discursos estão impregnados de uma carga simbólica que demarca grandemente as suas perspectivas. É na produção de uma narrativa jornalística que conjuga vozes intervenientes, técnica jornalística como títulos, entradas de capa, citações, utilização de imagens, que se constrói o discurso sobre a energia nuclear. Os *media*, neste caso a imprensa, não se limita a uma interferência nas diferentes dimensões linguísticas e discursivas – aplicam a sua própria lógica à esfera simbólica criando espaço para os diferentes discursos proliferarem. Entre

narrativa e imagem sobressai o que Roland Barthes identificou como sendo o sistema criador de significações (Barthes, 2007 [1957]): 290) – o mito. Em causa, durante todo o discurso de imprensa, está a mitificação da tecnologia como processo de ocultação de alternativas políticas. Através do determinismo tecnológico a temática do nuclear ganha contornos dicotómicos num imaginário simplista, entre o bem e o mal. É entre duas vozes dissonantes que esse trabalho do mito se constrói.

No sistema mitificado em que o discurso se desenvolve, outras reflexões sobressaem. Recordando Barthes, que explorou a relação entre o mito, as necessidades expressivas e o poder, podemos encarar o mito como uma fala “roubada” (2007 [1957]). Esta fala, restituída ao lugar dos códigos “naturalizados”, contribui para estabilizar o laço social dotando de consistência imaginária uma parte da renúncia de cada sujeito no confronto com o real. Neste âmbito, Roland Barthes permite reflectir sobre a narrativa mítica como uma forma de escamotear outras narrativas. Podemos, nesta óptica, observar a narrativa sobre o risco tecnológico nuclear como um discurso dicotómico e simbólico capaz de manter o tema ao nível do imaginário colectivo e, portanto, perpetuar a indefinição social sobre esta matéria, assim como favorecer a inquietação e ansiedade já associadas à energia nuclear.

## 5. BIBLIOGRAFIA

ADAM, Barbara, Beck, Ulrich, Loon, Joost (2000), *The Risk Society and Beyond, Critical issues for social theory*, London, SAGE Publications

AZEVEDO, Virgílio, Rodrigues, Jorge Nascimento (2006), *Nuclear, O debate sobre o novo modelo energético em Portugal*, Famalicão, Centro Atlântico

BARTHES, Roland (2007 [1957]), *Mitologias*, Lisboa, Edições 70

BARTHES, Roland, (1989), *A Câmara Clara*, Lisboa, Edições 70

BAUER, Martin W., Gaskell, George (2004), *Pesquisa Qualitativa com texto, imagem e som – Um manual prático*, 3ª ed., Petrópolis, Editora Vozes

BECK, Ulrich (1992), *Risk Society, towards a new modernity*, Londres, SAGE Publications

BIRD, S. Elizabeth, Dardenne, Robert W. (1988), «Mito, registo e ‘estórias’: explorando as qualidades narrativas das notícias», in Nelson Traquina (org.), (1993), pp. 263-277

BLUMEMBERG, Hans (1985 [1979]), *Work on myth*, Cambridge, Massachusetts Institute of Technology Press

BRETON, Philippe, Proulx, Serge (2000 [1989]), *A Explosão da Comunicação*, 2ª edição, Lisboa, Bizâncio

BRETON, Philippe (2001), *A Palavra Manipulada*, Lisboa, Editorial Caminho

CHOULIARAKI, Lilie, Fairclough, Norman (1999), *Discourse in late modernity, Rethinking Critical Discourse Analysis*, Edinburgh, Edinburgh University Press

DOUGLAS, Mary (1985), *Risk Acceptability according to the Social Sciences*, Social Research Perspectives, Nova Iorque, Russell Sage Foundation

DOUGLAS, Mary, e Wildavsky, Aaron (1982), *Risk and Culture: An Essay on the Selection of Technological and Environmental Dangers*, Berkeley e Londres, University of California Press

FAIRCLOUGH, Norman (1995a), *Critical Discourse Analysis: the critical study of language*, Harlow, Longman Group Limited

FAIRCLOUGH, Norman (1995b), *Media Discourse*, London, Edward Arnold

FLUSSER, Vilém (1998), *Ensaio sobre a Fotografia – Para uma filosofia da técnica*, coleção Mediações, Lisboa, Relógio d'Água Editores

GARCIA, José Luís (2002) “A crítica política da tecnologia como tarefa da sociologia contemporânea”, *Trajectos* nº 1, Revista de Comunicação, Cultura e Educação, Notícias Editorial, pp.75-81

GARCIA, José Luís (2002), O Fogo e a Cultura Pan-Mediática Contemporânea, *Media & Jornalismo* nº1, pp. 129-141

GARCIA, José Luís (2001), «Oblivionismo e Teodiceia dos *Mass Media* no Caso de Foz Côa», in, Gonçalves, Maria Eduarda (coord.), *O Caso de Foz Côa: Um Laboratório de Análise sóciopolítica*, Lisboa, Edições 70, pp. 103-143

GIDDENS, Anthony (1998 [1992]), *As Consequências da Modernidade*, Oeiras, Celta Editora

GIDDENS, Anthony (2006 [2000]), *O Mundo na Era da Globalização*, 6ª edição, Lisboa, Editorial Presença

HALL, Stuart et al. (orgs), (1978), *Policing the crisis: Mugging, the state, and Law and Order*, Nova Iorque, Holmes & Meyer Publishers

IRWIN, Alan (2000), «The sociological analysis of nuclear power», in ADAM, B., Beck, U. e Van Loon, J.(eds), *The risk society and beyond. Critical issues for social theory*, Londres, SAGE Publications, pp. 81-87

JERÓNIMO, Helena Mateus (2006), «A peritagem científica perante o risco e as incertezas», in *Análise Social*, vol. XXXXI, nº 181, pp. 1143-1165

MAINGUENEAU, Dominique (1997), *Os termos-chave da análise do discurso*, Lisboa, Gradiva

MARTINEZ-ALIER, Joan (2006), «Conflitos de distribuição ecológica num contexto de incerteza», in Manuel Villaverde Cabral, José Luís Garcia e Helena Jerónimo (orgs.), *Razão, Tempo e Tecnologia: Estudos em Homenagem ao Professor Hermínio Martins*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, pp. 411-487

MARTINS, Hermínio (1997-1998), «Risco, incerteza e escatologia: reflexões sobre o *experimentum mundi* tecnológico em curso (I)», in *Episteme*, nº 1, Dezembro-Janeiro, pp. 99-121

MARTINS, Hermínio (1998), «Risco, incerteza e escatologia: reflexões sobre o *experimentum mundi* tecnológico em curso (II)», in *Episteme*, nº 2, Junho-Julho, pp. 41-75

MARTINS, Hermínio (2003), «Aceleração, progresso e *experimentum humanum*», in Hermínio Martins e José Luís Garcia (coord.), *Dilemas da civilização tecnológica*, Lisboa, ICS – Imprensa de Ciências Sociais, pp. 19-77

MITCHELL, W. J. (1986), *Iconology - Image, Text, Ideology*, Chicago and London, The University of Chicago Press

OLIVEIRA, Jaime da Costa (2002), *A Energia Nuclear em Portugal, Uma esquina da história*, Santarém, Editora O Mirante

PANOFSKY, Erwin (s.d.) [1955], «Iconografia e Iconologia», in *Meaning in the Visual Arts*, London, Penguin Books

PARENTI, Christian, (2008), *What Nuclear Renaissance?*, disponível em URL: <http://mobile.thenation.com/docmobile.mhtml?i=20080512&s=parenti>, obtido em 25/07/2008

PONTE, Cristina (2004), *Leituras das notícias: contributos para uma análise do discurso jornalístico*, Lisboa, Livros Horizonte

REBELO, José (2000), *O Discurso do Jornal*, Lisboa, Notícias Editorial

SANTOS, Boaventura de Sousa (1987), *Um discurso sobre as Ciências*, Porto, Edições Afrontamento

SANTOS, Rogério (2003), *Jornalistas e Fontes de Informação*, Cadernos Minerva, Coimbra, Edições Minerva Coimbra

TRAQUINA, Nelson (org.) (1993), *Jornalismo: Questões, Teorias e “Estórias”*, Lisboa, Vega

WELSH, Ian (2000), «Desiring Risk – Nuclear myths and the social selection of risk», in ADAM, B., Beck, U. e Van Loon, J.(eds), *The risk society and beyond. Critical issues for social theory*, Londres, SAGE Publications, pp. 94-101

WINNER, Langdon (1986), *The Whale and the Reactor: A Search for limits in an Age of High Technology*, Chicago e Londres, University of Chicago Press,

WINNER, Langdon (2003), «Duas visões da civilização tecnológica», in Hermínio Martins e José Luís Garcia (coord.), *Dilemas da Civilização Tecnológica*, Lisboa, ICS – Imprensa de Ciências Sociais, pp. 79-89

WOLF, Mauro (2006 [1987]), *Teorias da Comunicação*, 9ª edição, Queluz de Baixo, Editorial Presença

WOLTON, Dominique (1997), *Pensar a Comunicação*, Lisboa, Difel

WYNNE, Brian (1992), «Uncertainty and environmental learning: reconceiving science and policy in the preventive paradigm», in Redclift, Michael, Woodgate, Graham (ed.), *The Sociology of the Environment*, vol. III, nº4, Junho, pp. 111-127

## **ANEXOS**

**I. Categorias e variáveis de análise de discurso e imagem**

**II. Tabela de categoria de análise: Códigos Linguísticos**

**III. Tabela de categoria de análise: Polissemia do Risco**

**IV. Tabela de categoria de análise: Signos Icônicos**

**V. Tabela de textos jornalísticos em análise**

**VI. Jornais analisados**

## I. Categorias e variáveis de análise de discurso e imagem

Tendo em conta que o principal objectivo deste estudo é analisar o discurso do risco e a sua manifestação num campo privilegiado de significações simbólicas – a narrativa jornalística –, sobre a construção de uma central nuclear em Portugal, estão sob análise um conjunto de textos e respectivas imagens publicados nos jornais *Público*, *Diário de Notícias* e *Expresso*, incluindo os textos de opinião, uma vez que reúnem os requisitos<sup>12</sup> para o estudo.

A unidade de análise é a peça jornalística (que pode ocupar mais do que uma página), incluindo as imagens e chamadas de primeira página a ela associadas. Cada peça é identificada pela data e por numeração que engloba todas as ligações ao mesmo texto jornalístico<sup>13</sup>. Os textos e respectivas imagens são numerados por ordem crescente através da data de publicação. A numeração engloba os artigos dos três jornais em análise iniciando no jornal *Diário de Notícias*, depois *Expresso*, finalizando no jornal *Público*.

A análise de discurso é realizada através de três critérios/categorias:

### Códigos linguísticos

Esta categoria<sup>14</sup> dedica-se à análise da linguagem utilizada pelas vozes intervenientes. Foi possível, através das suas variáveis, enquadrar o tipo de escrita mais narrativa/descritiva ou mais interpretativa/analítica, sobre o tema. Em particular, esta categoria preocupa-se em encontrar expressões, frases e palavras que manifestem e sugiram ideias e posições das vozes presentes no discurso. Nesse sentido, a primeira variável de análise dedica-se à “linguagem metafórica”, onde se procura encontrar expressões que impliquem a aplicação de figuras de estilo que estão no campo da semântica e que abrem novas hipóteses ao significado das palavras, como a comparação, hipérbole, metáfora e metonímia.

A “esteticização da mensagem” pretende compreender como as diferentes vozes arvoram o seu discurso e que recursos linguísticos utilizam para validar as suas opiniões. Como refere Breton, “de uma forma geral, a estética da mensagem tende, quer na publicidade quer na

---

<sup>12</sup> De um universo de 36 artigos publicados nos jornais *Público*, *Diário de Notícias* e *Expresso* (de Junho a Julho de 2005 e de Maio a Junho de 2006), foram seleccionados para análise 11 textos jornalísticos com base em três critérios: todos os textos devem estar directamente relacionados com a construção de uma central nuclear em Portugal; devem conter um mínimo de 5000 caracteres, para maior homogeneidade de análise; e, na sua maioria, ser acompanhados de imagem.

<sup>13</sup> Ver Tabela de textos jornalísticos em análise, pp. 65

<sup>14</sup> Ver Tabela de categoria de análise: Códigos Linguísticos, pp. 62



comunicação, a valer em lugar do seu conteúdo. O elemento da mensagem que se pretende que seja convincente é transferido do fundo para a forma” (Breton, 2002: 92).

A terceira variável pertencente à categoria “Códigos Linguísticos” é a “clareza”. Ainda na linha de pensamento de Philippe Breton, uma forte potencialidade de manipulação do discurso reside num estilo muito utilizado nos *media*. “Tem como característica a apresentação do discurso no registo da clareza” (Breton, 2002: 90). A obrigatoriedade de ser claro, conciso e transparente na comunicação com o público dá espaço para a proliferação de um discurso que convence pela sua clareza e não pelos argumentos que propõe. “A clareza seduz, dá justamente a ilusão de estar adaptada ao público, o qual não tem de fazer qualquer esforço para aceitar o que lhe dizem. A clareza do estilo não é, neste caso, uma pedagogia mas sim uma demagogia do discurso” (Breton, 2002: 90). Segundo o autor a manipulação começa quando a clareza, não sendo apenas acompanhada pela argumentação, a substitui. O autor evidencia ainda que a clareza é fortemente acompanhada pela brevidade do discurso e rápidas intervenções. Este formato discursivo “tornou-se já hoje o padrão de qualquer mensagem que pretenda ser persuasiva” (Breton, 2002: 90).

A variável “argumentação” pretende averiguar de que forma as vozes intervenientes expõem as suas ideias com o intuito de alcançar um destinatário. Na obra *O Discurso do Jornal*, José Rebelo considera que a estratégia argumentativa terá como objectivo “transportar para o plano da conclusão a aceitabilidade verificada” (2002: 89). Segundo o autor, se considerarmos as publicações de informação, em particular a imprensa, “(...) o objectivo da argumentação não é, exactamente, o de levar o destinatário à prática de uma acção. Pelo menos no imediato. (...) Participa, isso sim, na formação da opinião, consciente” (2002: 90). E “se a opinião corresponde a um certo «dizer», então um jornal empenhar-se-á mais num «fazer dizer» do que num «fazer agir»” (2002: 90).

A “significação implícita”, também enunciada por José Rebelo, é apresentada pelo autor como a categorização de uma forma de leitura daquilo que é dito “entre linhas” ou em “meias palavras”. Formalmente, o enunciador resguarda-se por detrás da possibilidade de reduzir a sua responsabilidade à significação literal do enunciado, relegando para o enunciatário a reconstrução da respectiva significação implícita. Tal jogo permite-lhe, de acordo com as características do momento, negar ou ratificar a interpretação do enunciatário” (2002: 100).

Ainda na categoria “Códigos Linguísticos” decidimos inserir a variável “orientação do artigo” com o intuito de, numa leitura geral de cada artigo, explicitar desde logo se o texto

contém mais espaço dedicado às vozes favoráveis ou desfavoráveis sobre a energia nuclear.

### **Polissemia do risco**

A categoria “Polissemia do Risco” é constituída por variáveis relacionadas com a tipologia do risco. Através das variáveis pretende-se encontrar, no texto, marcas linguísticas que denotem a que tipo de risco se referem as vozes intervenientes e que riscos estão presentes no discurso sobre a energia nuclear. Para formularmos as variáveis recorreremos à bibliografia consultada e utilizada no enquadramento teórico (Beck, 1992; Garcia, 2002; Martins, 2003; Martinez-Alier, 2006; Winner, 2003). Assim, a variável “risco tecnológico”, pretende averiguar a presença de discurso, quer favorável, quer desfavorável sobre os riscos que surgem a partir da tecnologia. O “risco probabilístico” surge como variável no sentido de entender se as vozes intervenientes argumentam sobre o cálculo de risco, a prova científica, a certeza e a capacidade de predição e controlo do risco.

Na variável “risco como incerteza” procurou-se verificar a existência ou não de argumentos em que a incerteza sobre o risco nuclear está presente. Num sentido muito próximo, mas contudo diferente, a variável “risco como ignorância” pretende encontrar no discurso sobre a construção da central nuclear argumentos em que existe risco com incerteza, mas esta última não é reconhecida.

Com a variável “risco como indeterminação”, pretendemos encontrar no discurso argumentos sobre situações de indeterminação em relação ao risco nuclear, no passado ou presente e argumentação que utilize o risco nuclear com indeterminação como forma de estabelecer as incertezas do risco decorrentes da existência de um comportamento social incerto.

A variável “risco duradouro” encontra-se associada a argumentos sobre as possíveis consequências a longo termo que a construção de uma central nuclear pode provocar e também com argumentação histórica que, por um lado, corrobore a presença de risco a longo prazo e, por outro, surja para negar a existência de risco duradouro.

Com os “riscos previsíveis/imprevisíveis” e os “riscos visíveis ou invisíveis” averiguou-se a existência ou não de discurso sobre a previsibilidade e visibilidade ou não do risco associado à energia nuclear.

A variável “desvalorização do risco tecnológico nuclear” surge direccionada para demarcar entre vozes favoráveis, desfavoráveis e linguagem dos jornalistas, os quais desvalorizam a questão do risco.

### **Signos icónicos**

Tendo como referência o processo de leitura de Panovsky (s.d. [1955]), entendemos que ao analisarmos as imagens publicadas na imprensa deveríamos decompôr essa leitura em três fases: a percepção, a identificação e, conseqüentemente, a interpretação. Na linha de pensamento de Panovsky poderíamos dividir estes momentos em significado primário ou natural, significado secundário ou convencional e significado intrínseco.

Uma vez que nos interessava particularmente entender de que forma as imagens publicadas contribuem para a construção dos aspectos simbólicos da energia nuclear, tentámos conceber variáveis que nos permitissem interpretar os sentidos implícitos na imagem. Por essa razão, ao analisarmos as imagens não deixamos de lado os títulos e textos que a elas estão associados.

A primeira variável que suporta a análise icónica é o “género”. Tendo como referência as palavras de Flusser (1998) de que as imagens técnicas são produzidas por um aparelho, decidimos começar por identificar o tipo de imagem em causa – se fotografia, ilustração, ou composição gráfica.

Com a variável “ordem icónica” procedemos à descrição da imagem, as suas linhas, objectos, profundidade para compreender o seu equilíbrio interno e a sua composição.

As variáveis seguintes são as que nos permitem ir mais além e interpretar as imagens. Para conceber a variável “tempo subjectivo” da imagem recorremos ao conceito de *punctum* de Roland Barthes (1989: 47). O *punctum* será um detalhe na imagem que, por uma força que concentra em si, atinge o leitor e lhe mobiliza a atenção. A utilização do conceito de *punctum* também nos suporta a inerente subjectividade diante da fotografia, uma vez que para encontrarmos significados implícitos na imagem, a experiência particular do observador deve ser levada em conta.

Por último, seguindo a perspectiva de Flusser, que considera que as imagens não são conjuntos de símbolos com significados inequívocos, mas antes um espaço interpretativo, ou seja, “símbolos ‘conotativos’” (Flusser, 1998: 28), formulámos a variável “tempo simbólico” que nos permitiu estabelecer uma leitura sobre os aspectos simbólicos representados na imagem.